

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO

A IDEALIZAÇÃO DO LEITOR: UMA ANÁLISE DE EDITORIAIS
JORNALÍSTICOS A PARTIR DA NOÇÃO DE AUDITÓRIO EM
PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA

Dissertação de Mestrado

Geder Luis Parzianello

Porto Alegre
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO

A IDEALIZAÇÃO DO LEITOR: UMA ANÁLISE DE EDITORIAIS
JORNALÍSTICOS A PARTIR DA NOÇÃO DE AUDITÓRIO EM
PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA

Geder Luis Parzianello

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Informação

Orientadora:
Profa. Dra. Marcia Benetti Machado

Porto Alegre

2003

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mulher Sandra, para que saiba para sempre o quanto sou eu quem deve alguma gratidão a ela e não o contrário. Ao meu filho Lucas, porque lhe neguei tantas vezes a atenção e sei que esse tempo não volta. De forma muito especial, dedico este trabalho à saudade de minha mãe Olívia. Ela prometeu que estaria nesse dia tão importante para mim e acho que de alguma forma estará.

AGRADECIMENTOS

Ninguém é mais merecedor de todo meu reconhecimento e gratidão que minha orientadora, Profa. Dra. Marcia Benetti Machado. O seu apoio, sua orientação, suas correções sempre precisas, a paciência com que educa, o gesto amigo que tem de quem acolhe, tudo isso me permite colocá-la como exemplo para minha vida e me faz crer ainda na Educação. Agradeço também a cada um dos professores do PPGCOM, verdadeiros Mestres, em especial às professoras Christa Berger e Ida Stumpf. Agradeço também a Capes, pela bolsa de estudo, fundamental em tantos momentos difíceis como estudante e pai de família. E à coordenação do Programa, na pessoa da professora e amiga Nilda Jacks.

SUMÁRIO

RESUMO.....	2
ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO.....	4
1. O Editorial.	6
2. A Argumentação	23
2.1 Relação entre argumentação e discurso	37
3. A Análise dos editoriais	
3.1 Descrição da amostra.....	44
3.2 A temática como indicação do leitor.....	48
3.3 Algumas marcas da constituição do leitor: os acordos e a ordenação dos argumentos	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	85

RESUMO

A dissertação analisa marcas da constituição do leitor ideal nos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. São examinados editoriais publicados entre 13 e 26 de abril de 2003. A análise leva em conta a Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca na perspectiva da Nova Retórica, reconhecendo a ordenação dos argumentos e o acordo entre quem escreve e seu auditório como estratégias discursivas que apontam na direção de um leitor constituído no discurso. A pesquisa descreve as características desse leitor idealizado na *Folha de São Paulo* e em *O Estado de São Paulo* e conclui sobre a existência de uma estratégia discursiva própria a cada um dos dois jornais. A evidência acerca da constituição de leitores distintos coloca a noção de auditório como questão central da argumentação jornalística.

ABSTRACT

The dissertation analyses the editorial texts in Brazilian newspapers *Folha de São Paulo* and *O Estado de São Paulo* between 13th and 26th April, 2003, in order to find signs of ideal readers constituted in their texts. For analyses was considered the perspective of the Theory of Argumentation by Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca. This dissertation recognizes the arguments' disposition like the existence of agreements between readers and writers, authors and audiences, as discursive strategies in order to reach the reader. The disposition and the agreements were described in their differences for each of both newspapers. The evidence about the existence of ideal readers lead to understanding the notion of audience as a central discussion for the fields of journalism and argumentation.

INTRODUÇÃO

No jornalismo, os editoriais são tidos tradicionalmente como textos opinativos. Nesse sentido, cumprem a função de defender uma tese, visando a adesão dos leitores a sua proposição. Porque visam justamente essa adesão, os editoriais assumem um papel essencialmente argumentativo. A forma como argumentam, no entanto, revela estratégias discursivas diversas para lograr a adesão pretendida de seus públicos por parte de diferentes veículos de comunicação.

Embora enquanto textos os editoriais apresentem uma estrutura que lhes permite uma identidade, uma especificidade de gênero, a verdade é que os discursos contidos nos editoriais supõem que diferentes veículos objetivem não apenas teses distintas, mas também públicos diferentes à medida que se valem de estratégias distintas de argumentação. Tal hipótese força questionamentos sobre a especificidade da argumentação jornalística, tendo em vista sua variedade de estilos e, ainda assim, sua especificidade de gênero.

Esse trabalho pretende responder ao desafio proposto pelos teóricos belgas Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em 1958, de pensar a especificidade da argumentação enquanto retórica própria a um campo do conhecimento, no caso, o do Jornalismo.

No primeiro capítulo, situo a discussão sobre gêneros jornalísticos, objetivando reconhecer a especificidade do discurso jornalístico de opinião e discutindo a singularidade dos

editoriais no emprego de uma retórica, enquanto estratégia de argumentação, que aponta para um leitor que se apresenta através dela.

No segundo capítulo, defino argumentação a partir da compreensão contida no *Tratado da Argumentação* e situo o dilema que acompanha o jornalista de escrever para um público em particular ou pretender escrever para uma coletividade. Discorro sobre o processo de definição desse público, que é o de construção do auditório. Postulo que todo processo de comunicação considera, com efeito, o destinatário, o qual se constitui, por sua vez, semanticamente, para assegurar um determinado contrato de leitura a que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de acordo.

No capítulo três, ocupo-me da descrição da amostra do objeto de estudo e busco evidenciar nos editoriais da *Folha de São Paulo* e do jornal *O Estado de São Paulo*, algumas das marcas que considero mais significativas da construção do leitor em textos editoriais jornalísticos, quais sejam, os acordos e a ordenação dos argumentos. Entendo que, ao reconhecer nos textos a presença de certos acordos entre quem escreve e seu público e a preferência por uma dada estrutura do discurso argumentativo, no que concerne à ordenação dos argumentos, seja possível supor um leitor ideal para cada um dos jornais, distintamente.

1. O editorial

A literatura do jornalismo brasileiro aprendeu a reconhecer, desde Luiz Beltrão¹, que a opinião tem lugar na atividade jornalística. Considerada por este autor como a *função vertical do jornalismo*, a opinião é uma função que se alia a duas outras: a informação e o divertimento, construindo o desenho triangular que ele reconhece como descritivo das práticas existentes na profissão.

Muitas das idéias de Beltrão foram aprimoradas por José Marques de Melo, seu ex-aluno. Melo (1985, p.56) assinalou que, entre os primeiros pesquisadores brasileiros, apenas Luiz Beltrão se preocupou em sistematizar e classificar o texto jornalístico. Desde seus primeiros trabalhos, no final da década de 60 do século XX, Beltrão buscou uniformizar o entendimento sobre tipologias de textos usados pela imprensa.

Melo levou em consideração a significação histórica das posições teóricas de Luiz Beltrão, bem como a natureza empírica de suas postulações, muito embora tenha reconhecido nele também algumas fragilidades. Segundo Melo (1985, p.46), Beltrão apresentou noções confusas sobre a tipologia da reportagem ou sobre o que se entenderia por *opinião do leitor* no jornalismo brasileiro².

¹ Manuel Carlos Chaparro (apud MELO, 1985, p.75) assim definiu Luiz Beltrão: “falecido em 1986, foi pioneiro no ensino e no estudo sistemático do jornalismo no Brasil: implantou e dirigiu cursos de jornalismo em Recife e Brasília. Escreveu vários livros, os principais deles *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1980) e *Jornalismo Opinativo* (1980)”.

² Para Beltrão, a reportagem e a reportagem em profundidade seriam dois gêneros distintos e não variações de um mesmo gênero, classificação questionada por Marques de Melo. Este último não vê qualquer razão para entender que enquetes e depoimentos na mídia fossem considerados espaços do leitor, como quer Beltrão.

O conceito de opinião em Melo possui, a rigor, a mesma acepção que em Beltrão (1980, p.14), sendo neste textualmente expressa como opinião “uma função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo”. Tal juízo pode, com efeito, corresponder à posição assumida por um veículo de comunicação, quanto ao que seja expressar opiniões, levando-se em conta a posição assumida no caso dos editoriais, onde quem exprime o juízo é a empresa de comunicação.

Não há, todavia, uma forma rígida e definitiva de ver concebidas as práticas jornalísticas. Os processos jornalísticos sofreram mutações evidentes nas últimas décadas, por conta da força que o mercado e a tecnologia exerceram na configuração da mídia. Em busca da satisfação do leitor, e por uma razão compreendida como necessidade de sobrevivência econômica, acolheram-se novas formas de narrativa e processos, em nome da adesão do público.

Vargas (1999, p.43) assinala que foi a falta de matéria-prima noticiosa que potencializou, desde meados do século XVIII, o desenvolvimento do jornalismo de idéias, o jornalismo ideológico, ou de opinião. Esse jornalismo se converteu em um instrumento fundamental na luta de idéias, principalmente nas revoluções americana e francesa, na luta contra antigos regimes e na ascensão de novas classes sociais.

Ou ainda, como afirma Casasús (apud VARGAS, 1999, p.18), os editoriais tornaram-se “uma ferramenta essencial para a propagação de doutrinas”. Isso equivale a

reconhecer a legitimidade deste espaço como espaço opinativo, onde se assume a defesa de uma tese. Trata-se, por assim dizer, de um discurso jornalístico autorizado a enunciar explicitamente um ponto de vista, o que não ocorre nas demais tipologias textuais do jornalismo de modo tão explícito ou evidente.

Gargurevich (1989, p.143) lembra que “à medida que a sede de informar e ser informado se desenvolvia, a opinião começou a restringir seu espaço até finalmente reduzir-se a uma página”. Daí que o lugar do texto opinativo na imprensa não foi sempre o mesmo. Segundo ele, o editorial propriamente dito, como o conhecemos hoje, é aquela coluna de opinião explícita, mas que na verdade, é só uma unidade da opinião total do diário, representada pela totalidade da chamada “página editorial”. Nela, normalmente, estão também a caricatura, a charge, artigos e colunas, e, por vezes, as cartas à redação, o espaço opinativo reservado ao leitor.

As práticas renovadas de jornalismo favoreceram a percepção de categorias novas e de teses que defendem, inclusive, a compreensão de que os gêneros só podem ser pensados a partir de formas híbridas. Na direção dessa nova percepção está também o entendimento de que o jornalismo ampliou os espaços de opinião em suas práticas cotidianas.

A opinião viu-se enunciada de forma implícita também em outras modalidades de texto, forçando a revisão das categorias e derrubando conceitos antes rígidos acerca das formas jornalísticas. O reconhecimento clássico de duas categorias fundamentais no jornalismo, a do jornalismo informativo e a do jornalismo opinativo, encontrou, todavia, por muito tempo o consenso de estudiosos.

É certo que o jornalismo mundial não chegou a um consenso sobre a questão dos gêneros. A imprensa estadunidense, por exemplo, se vale de apenas dois gêneros, o *comment* e o *story* (ou *new*), enquanto entre os latinos são comuns as divisões em mais de dois gêneros. A classificação norte-americana, a partir da teoria funcionalista, identificou-se com o paradigma de Lasswell/Wright, para quem as categorias da mensagem jornalística permitem quatro divisões, correspondendo às funções de informar, interpretar, orientar e entreter o leitor.

Os gêneros jornalísticos estariam, como quer Gargurevich (apud MELO, 1985, p. 33), relacionados a “formas que busca o jornalista para se expressar”. Melo lembra que a mesma definição é aceita por Dovifat. Este entendimento em comum não empresta, ainda assim, nenhuma direção unificada a respeito do que sejam os limites entre uma produção e outra, em se tratando de tipologias.

Casasús e Ladevéze (1991, p.89) apontam, por sua vez, que a classificação dos gêneros jornalísticos, desde a perspectiva de sua dimensão objetiva, baseia-se no exame da estrutura externa dos discursos jornalísticos. Segundo eles, “apesar da crítica (...) que os gêneros jornalísticos recebem por parte de posições acadêmicas ultraliberais, as linhas mais avançadas (...) mantêm a Genealogia clássica, tanto latina quanto anglosaxônica”, esta última binária, dualística.

Assevero que o jornal tem o dever de exercitar a opinião. Digo isso porque entendo, com efeito, o compromisso social que tem o jornalista no cumprimento de sua atividade

profissional como atividade que já não coaduna mais com a visão de um jornalismo meramente informativo, pretensamente marcado pela isenção e objetividade. O papel da imprensa vai, por certo, muito além da tarefa de informar por meio de uma ilusão de imparcialidade e do relato puro e simples dos fatos que são notícia.

O trabalho jornalístico, de fato, não se reduz à tarefa de informar. A este respeito escreve Vargas (1999, p. 21) que “outras duas tarefas são fundamentais (...) e prioritárias ao fim de informar: a própria seleção das notícias e os comentários que as suscitam”.

Aguinaga (apud VARGAS, 1999) entende e define o jornalismo como um sistema de classificação da realidade que não só supõe interpretação, senão também que gera a realidade mesma. Sua finalidade seria, como quer o autor, a transformação da informação em conhecimento, entendendo-se por informação a soma de todos os atos e idéias e por conhecimento, a seleção dessa organização e que resulta como algo válido para alguém.

“Os fatos”, escreve Vargas (1999, p.28), “são mudos e não têm existência social salvo para quem os protagoniza ou presencia diretamente”. Ao serem selecionados pelos meios, elaborados e apresentados de acordo com valores e normas socialmente determinados, os fatos, ao converterem-se em “realidade informativa”, passarão a formar parte da realidade legitimada.

Toda atividade jornalística apresenta mecanismos de persuasão³ perceptíveis pelo emprego da expressão opinativa. O texto opinativo é persuasivo porque tem a função de buscar a adesão do leitor a uma determinada tese. Nesse sentido, é um texto argumentativo. O uso da linguagem, aliás, como defende Koch (1997,p.29), “é essencialmente argumentativo”. A retórica da argumentação é o que logra a um texto jornalístico opinativo melhor conseguir alcançar os seus fins, que são persuadir ou mesmo convencer.

Porque se considerem os editoriais espaços de um jornalismo opinativo, é compreensível esperar-se deles que defendam uma tese, firmem posição acerca de um problema, de um assunto. Precisam ter uma perspectiva angular em relação a um fato, manifestar a autoria de um determinado ponto de vista, que é sempre a autoria institucional, do veículo de comunicação e nunca de um sujeito nominal.

Enquanto espaços formais nos quais é possível ao veículo de comunicação expressar publicamente suas convicções e opiniões, os editoriais reforçam a crença de que neles se autoriza uma parcialidade e uma subjetividade de juízos que, a princípio, não teriam lugar da mesma forma em muitos outros textos jornalísticos, o que os torna absolutamente singulares em sua identidade. Teun Van Dijk (apud VARGAS, 1999, p.29) considera que para compreender os meios e suas mensagens há que se prestar muita atenção às “estruturas

³ Tomo a persuasão como arte de induzir, mover ou levar uma pessoa, mediante a exposição de razões, a crer ou fazer algo que nos interessa. É um fenômeno de indução que significa chegar sem coação a outras pessoas. Para Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca persuadir é mais que convencer, já que a convicção não seria mais que um primeiro estágio que conduz à ação. A persuasão necessita, além do convencimento pela via racional, a adesão emotiva do receptor. A persuasão, diferentemente do convencimento, necessita de argumentos baseados no verossímil, no sentido platônico de provável, do possível. Outra diferença entre persuasão e convencimento está no auditório. Para convencer levo em conta o universal, todo e qualquer ser racional. Na persuasão, levo em conta o auditório particular, determinado (como no caso dos meios de comunicação). Cumpre frisar que persuadir não é o mesmo que manipular. No discurso que manipula, há ambigüidades e

e às estratégias destes recursos e à maneira como se referem aos acordos institucionais de um lado, e ao público, de outro”.

Tal singularidade permite o entendimento de que, se os editoriais possuem uma identidade própria, então também poderiam ser mesmo compreendidos como um gênero específico de jornalismo. Com efeito, não há unanimidade entre teóricos do jornalismo acerca da divisão de gêneros capaz de explicar a diversidade de modelos textuais existentes na mídia. A discussão sobre gêneros é uma questão demasiado complexa, uma vez que se mostram cada vez mais sofisticadas as teorias de categorização textual e sempre muito sutis suas diferenças.

O jornalismo opinativo, muitas vezes, é vítima de uma percepção reducionista, uma vez que “pensa-se como se os fatos fossem sagrados e as opiniões fossem livres” (VARGAS, 1999, p.22). O autor defende a idéia de que a atividade jornalística é, em si mesma, uma atividade retórica e persuasiva à medida que intenta produzir efeito persuasivo no público. Todo ato jornalístico, nesse sentido, é um ato de interpretação e, portanto, um ato subjetivo.

Seja publicando textos declaradamente opinativos ou textos supostamente informativos, a imprensa gera opinião. Posição assumida por Vargas (1999, p.36), que afirma: “ainda que se pense que os textos argumentativos seriam mais persuasivos que outros, os fatos selecionados como notícia geram opinião em si mesmos”.

níveis diferentes de intencionalidade. o que não ocorre no discurso persuasivo, no qual os interesses são expressos claramente.

Muito embora a discussão sobre gêneros possa causar um certo desconforto, dada a variedade de posições – e até antagônicas – em meio aos teóricos, é inegável que nos textos dos editoriais se reconhecem uma estrutura lógica que se repete e um certo funcionamento que lhe empresta uma identidade própria. Entendo que o estudo de estratégias argumentativas de que se valem textos jornalísticos declaradamente opinativos, como é o caso dos editoriais, favorece reflexões sempre atualizadas sobre a atividade jornalística. Beltrão (1964:14) chama a atenção para a idéia de que o jornalismo

(...) tem o dever de exercitar a opinião porque ela é o que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social.

Historicamente, sob a égide de um jornalismo pretensamente imparcial, buscou-se dar às ações opinativas um espaço delimitado. A delimitação de um espaço para o exercício da opinião fortalecia a crença de que o jornalismo se mantinha imparcial no restante de seus domínios textuais.

Coerente com o entendimento de Melo (1994, p. 57), recuso

(...) a idéia de objetividade jornalística naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo mundo (...) ou a tese de que a mensagem jornalística é necessariamente politizante, naquela acepção persuasiva, instrumentalizadora, acalentada por tantos exegetas equivocados de Marx.

Como um discurso híbrido de formas entre estes dois extremos, que cumpre de modo convergente tanto a finalidade de opinar quanto a de informar, qualquer que seja a tipologia de texto, suponho, todavia, que os textos editoriais não conseguem firmar um estilo retórico que atenda nem à primeira, nem à segunda destas duas finalidades.

Tomo nesse trabalho a concepção de opinião no sentido que o próprio Melo (1994, p.58) entende, “não enquanto sentido de categorização das mensagens que pretendem explicitamente atribuir valor aos fatos, mas compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico”. Porque apresentam opiniões, os editoriais são textos essencialmente argumentativos. Como tais, possuem uma retórica que pode ser investigada pela ordenação de seus argumentos visando um tipo sempre muito especial de auditório. O estudo da argumentação pela noção de auditório foi o ponto de partida de investigações feitas na primeira metade do século XX por Lucie Olbrechts-Tyteca e Chaïm Perelman e que culminaram na publicação do seu *Traité de L'Argumentation*⁴. Algumas das mais importantes noções em Perelman e Olbrechts-Tyteca serão fundamentais para a análise dos editoriais em suas estratégias argumentativas no meu trabalho.

Os estudos que vinculam a retórica com o jornalismo são de fato muito recentes, graças ao trabalho de Heinrich Lamberg, com seu *Manual de Retórica Literária*, (1950), Perelman e Tyteca (1958), Francesco Fattorello (1964) e Roland Barthes(1966) ou Roger Clause (1967) para encontrar os inícios das novas perspectivas ou enfoques que enlaçam o jornalismo à nova retórica ou à Teoria da Argumentação.

A criatividade jornalística, as interações democráticas e as razões de mercado com as novas possibilidades de linguagem criadas pelas tecnologias de vanguarda não permitem, segundo Chaparro (apud MELO, 1985, p.56), um entendimento que ele qualifica de “acadêmico”, quanto às classificações dos textos jornalísticos⁵.

Considero que mais importante que pensar, no momento, as possibilidades todas de discursividade jornalística e tentar sua classificação, seja ponderar sobre o lugar da opinião nos editoriais. Trata-se não de reconsiderar sua existência, mas de apontar problemas comuns decorrentes de um exercício opinativo de forma menos explícita.

Penso que antes de discutir a existência da opinião nos demais discursos jornalísticos cumpre entendê-la no espaço de sua legitimação mesma, a saber, o editorial de jornal. Com efeito, se nos artigos e comentários publicados na mídia parece haver uma posição firmada sobre um determinado assunto como a defender uma tese, tal empenho muitas vezes não se faz sentir nos editoriais de forma tão explícita quanto seria de se esperar.

Sustento, neste trabalho, que o empenho na defesa de uma tese deva se fazer sentir em qualquer editorial. O editorial é o espaço autorizado da crítica que se julga constituída. Um espaço no qual se deseja ver firmada uma determinada posição, uma opinião formal.

⁴ Traduzido para o português pela editora Martins Fontes em 1996, sob o título *Tratado da Argumentação*.

⁵ Não desejo entrar aqui no debate que coloca de um lado os defensores de uma classificação de textos jornalísticos em tipologias e/ou em gêneros e, de outro, os que consideram que tais esforços de classificação não conferem com a realidade. Com efeito, parece haver uma tendência de considerar o recurso opinativo em todas as formas textuais jornalísticas, sob o argumento de que a opinião é indissociável do texto. Mas esta é uma outra questão. Considero que, ao largo deste debate, uma questão permanece: os editoriais diferem de outros textos jornalísticos, e é a partir desta perspectiva que analiso sua especificidade.

Como procuro evidenciar nesta pesquisa, há editoriais que não cumprem com tal prerrogativa. Submeto o estilo de editoriais dos dois principais jornais brasileiros – *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* – a uma análise quanto à presença de seus argumentos e a marcas da construção idealizada de um leitor.

Estendo minha análise na direção do questionamento que Melo (2003, p.105) formula da seguinte maneira: “é preciso investigar para quem se dirige a argumentação dos editoriais”. Ele considera que a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública e que, assim sendo, é dirigido à coletividade e não a um público leitor específico. O próprio Melo aponta que a realidade brasileira vem forçando uma interpretação sobre o discurso dos editoriais que leva na direção de vê-los enquanto textos que “encerram um diálogo com o Estado” (2003, p.104).

Uma investigação rigorosa nesse sentido não pode prescindir do muito que tem sido escrito sobre textos e suas propriedades lingüísticas as mais diversas, dentro do que veio a se chamar Lingüística Textual desde o seu surgimento, na década de 60, na Europa, e a partir da ampliação de tendências com a formulação das chamadas Teorias do Texto nos anos 60 a 80, entre elas, as teorias da Análise do Discurso⁶.

Quer Melo (1985, p. 48) que entendamos que, no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas

⁶ O uso do termo implica que se reconheçam as diversas acepções existentes, principalmente nas escolas francesa, inglesa ou russa. Não há, portanto, uma Análise do Discurso. Nesse trabalho, sigo a orientação francesa, opto pelo entendimento de discurso como uma organização situada além da frase e assumida por um sujeito. Cf. Maingueneau (2001, p.52).

pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). Partindo dessa premissa, classifica o editorial como jornalismo opinativo, juntamente com o comentário, o artigo, a coluna, a crônica, a caricatura, a carta e a resenha, em oposição ao jornalismo informativo presente na nota, na notícia, na reportagem e na entrevista.

Embora, como reconheça Gomis (apud VARGAS, 1999, p.36), a grande capacidade persuasiva da imprensa não esteja tanto naqueles textos que tratam de persuadir de algo por meio da razão e de argumentos, senão na imagem da realidade mostrada, entendo que o estudo da persuasão sobre os textos dos editoriais é especialmente válido porque estes tratam da persuasão via interpretação do futuro desejável, ao passo que a informação é uma interpretação do passado, do fato já ocorrido.

Ainda que se considere a variedade de concepções teóricas existentes sobre gêneros em jornalismo, pode-se, sem maiores dificuldades, admitir que os editoriais são textos essencialmente argumentativos, uma vez que neles se autoriza o intérprete qualificado como exemplo de gênero de opinião. Exerce um comentário manifesto, explícito, que revela juízos sobre os fatos e analisa suas conseqüências. Tal entendimento justifica o interesse do presente estudo acerca do discurso opinativo se ver centrado nessa tipologia textual.

Casasús (apud VARGAS, 1999, p.75), seguindo a atual doutrina alemã, considera o jornalismo herdeiro da retórica à medida que o percebe na organização de um discurso que

aspira a produzir efeitos persuasivos entre os diversos tipos de público, função esta que não se encontra restrita ao jornalismo de opinião.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) apostam na participação de retóricas particulares, como a do jornalismo, para poder levar mensagens a diferentes públicos e lograr sua adesão a determinadas teses. Para estes autores, não é possível estudar a construção e as figuras estilísticas, nem se precisar a forma e o conteúdo em um discurso “se não se tem em conta previamente o objetivo da argumentação” (apud VARGAS, 1999, p.80).

Para Luisa Santamaría (apud VARGAS, 1999, p.80), Chaïm Perelman, com seu *Tratado da Argumentação*, ajuda a compreender como se forma a opinião em um discurso, o texto jornalístico de opinião, já que o autor explica, “de modo mais intelectual que todos, o processo de pensamento pelo qual se formam os argumentos que farão aceitável uma tese colocada ao assentimento”.

Com efeito, o debate em torno dos gêneros, argumenta Vargas (1999, p.57), é um debate que não perde atualidade. Segundo o autor, é impossível mesmo classificar-se de forma estanque, rígida e encerrada a tipologia dos textos em jornalismo. Sua única classificação possível seria aquela que relaciona uma categoria à época em que é produzida. Desde esse ponto de vista se poderá perceber que os gêneros híbridos ou ambíguos que encontramos nas páginas dos periódicos não são estranhos ao seu tempo.

Em Wellex Warren (apud VARGAS, 1999, p.59), “o gênero é entendido como um conceito regulativo, uma estrutura subjacente e como convenção que é real e efetiva, porque molda textos concretos em um momento determinado”.⁷O conceito de gênero jornalístico é mesmo recente na bibliografia sobre jornalismo. Conforme Vargas (1999, p.61) “até princípio dos anos 60 não aparece de forma didática”. A teoria dos gêneros jornalísticos se formula, num primeiro momento, na opinião de Santamaría (1991, pp. 107-8) e José Luis Martínez Albertos (1994, p. 34), enquanto técnica de trabalho em resposta às necessidades de estudo social de caráter quantitativo. Autores como Casasús e Ladevéze (apud VARGAS, 1999, p. 62) sustentam que os gêneros se transformam e evoluem e que a melhor maneira de estudá-los é em sua “experimentação renovada”.

A primeira inovação, nesse sentido, nos é oferecida por Emis Dovifat (1960), que, a partir do conceito de estilo, estabelece três categorias de mensagens: a do estilo informativo, a do estilo opinativo e a do estilo que chamou de ameno. O estilo de escrever é um conceito abstrato que ganha forma no produto concreto que é o gênero jornalístico.

Reportando-se a Dovifat, Vargas (1999, p.63) classifica o editorial como exemplo de uma atitude jornalística que toma como essencial o ajuizamento e a valoração de um fato, em lugar do fato em si. Essa atitude, diz ele, “nos conduz aos gêneros de opinião”, cujas manifestações são também o comentário, o ensaio, a coluna etc.⁸Gargurevich (1989, p. 146) diz que “a maioria dos estudiosos do tema insiste que não há um estilo fixo, formal,

⁷ Vargas lembra Aristóteles, em *Poética*, como o primeiro a esboçar o que mais tarde veio a se chamar uma teoria dos gêneros. Aristóteles falava da imitação (mimesis) entendendo que a poesia, a tragédia e a comédia são maneiras distintas de mimetizar as ações humanas.

para o editorial (...) Evidentemente, há algumas limitações à liberdade estilística que são a preocupação com o início e o fim do escrito, a submissão às normas do veículo e a liberdade de respostas positivas ou negativas do leitor”.

Melo (2003, p. 105) problematiza o conceito de editorial, afirmando que, enquanto texto, o editorial afirma-se “como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico”.

Entendo, como quer Gross (apud VARGAS, 1999, p.58), que toda classificação tipológica de textos é um reducionismo. Todavia, parece haver um consenso em torno da idéia de que alguns textos se mostram mais opinativos que outros. Com efeito, há pouca utilidade na classificação rígida dos gêneros se pensarmos o jornalismo como arte em transformação no seu tempo. Casasús e Ladevéze (1991, p.87) entendem que a teoria dos gêneros pode ser concebida como “uma projeção analítica e crítica da prática jornalística”. Segundo eles, os modelos de gênero se constituem pela combinação de ambas as dimensões, objetiva e subjetiva, formal e temática dos textos.

Autores como Casasús e Ladevéze (1991, p. 87) sustentam o critério de Teun Van Dijk do estudo dos gêneros como um instrumento pedagógico “que permite desenvolver uma crítica sistemática dos textos desde uma perspectiva que facilita a observação analítica

⁸ Vargas aponta a terceira distinção da atitude jornalística em oposição a outras duas: o gênero informativo (descrição dos fatos de maneira viva) e o gênero interpretativo (igualmente informativo, mas que admite valorações). São as crônicas, a reportagem e a entrevista, por exemplo.

de certos fenômenos como o da gradação da intensidade retórica, das funções perlocutivas, dos modelos cognitivos, dos receptivos e das diversas manifestações retóricas”.

Gomis (apud CASASÚS e LADEVEDÉZE, 1991, p.87) considera igualmente que os gêneros servem para que o aluno tenha modelos e esquemas de referência, tanto positivos quanto negativos, e se veja estimulado a superá-los ou modificá-los. Só o conhecimento do que existe em determinado campo é que permite a transformação da realidade. Ou, como afirmam estes autores: “não se avança em um campo que se desconhece”.

Sem dúvida alguma, a posição mais cômoda no atual debate sobre os gêneros é negar a possibilidade de uma classificação, qualquer que seja. É mais fácil negar que existam em suas especificidades porque na verdade são modelos que se transformam e evoluem e, embora não se possa afirmar que tenham desaparecido, sua identidade não é assim tão simples de ser descrita por qualquer teoria.

Ao debate sobre gêneros, segue-se outro, sobre as especificidades dos públicos. A segmentação de públicos, a divisão das audiências, pode ter seu começo marcado pela publicação, em 1759 na França, do primeiro periódico feminino, *Journal des Femmes*, ao qual seguiram-se dezenas de outros. Tratava-se do desejo da imprensa de persuadir um público específico, um auditório particular e determinado. Um desejo que parecia ter tanto ou maior peso que a informação em si mesma. A função social de transmitir algo ao

público leitor pressupõe o processo de definição desse público, ponto que examino no capítulo seguinte.

2. A argumentação

O filósofo Chaïm Perelman e sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram, em 1958, o *Traité de L'Argumentation: la nouvelle rhétorique*, traduzido em português por *Tratado da Argumentação*¹. Neste trabalho, cuidaram de considerar a argumentação e seu funcionamento, discorrendo sobre os âmbitos da argumentação e sobre as técnicas argumentativas. A obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca tornou-se um marco nos estudos sobre argumentação, filiando o tema à retórica e emprestando um contorno novo à retórica aristotélica². No interesse do estudo dos editoriais de jornal – como é o caso deste trabalho, que considera como problema o estudo sobre a constituição do leitor nas marcas mesmas dos textos –, o *Tratado da Argumentação* se presta enquanto obra fundamental, pela forma com que apresenta fundamentos à investigação pretendida.

A argumentação se mostra para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 61) como uma “ação que tende a modificar um estado de coisas preexistente”. É nesse sentido que esta ação é persuasiva. Nascido com os sofistas, o saber sobre técnicas de convencimento foi por muito tempo considerado um saber menor e desprezado pela tradição filosófica. Dois são os principais motivos deste desprezo. O primeiro, por parte do Cristianismo, que não poderia, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. XIII), “conviver com a

¹ A primeira edição da obra em português no Brasil é da Martins Fontes (1996). Para este trabalho, foi usada a terceira edição, datada de 1999.

² Críticos como Olivier Reboul (2000) Michel Meyer (1996) Raygada e Moya (1995), entre outros, atribuem o caráter inovador da retórica no *Tratado* à noção de auditório universal. Em Perelman e Tyteca, o auditório universal diz respeito a uma construção mental feita pelo orador. “O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo, tem sua própria concepção do auditório universal” (Perelman e Tyteca, 1996, p.37)

idéia de multiplicidade de premissas, igualmente aproveitáveis como ponto de partida para a argumentação” e o segundo, como parte do racionalismo, “para o qual a forma suficiente do conhecimento é a científica, capaz de explicar tudo segundo padrões de racionalidade” (idem).

Na argumentação, como postulada no *Tratado*, não haverá lugar para a univocidade indiscutível. Argumentar pressupõe a existência de acordos³, e acordos não são de modo algum evidentes. Uma análise sobre textos, visando compreender a sua ordenação argumentativa, implica que se reconheça que tais textos são escritos por alguém que, objetivamente, pensou endereçá-los a um Outro, a quem Perelman e Olbrechts-Tyteca chamaram de auditório. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, a argumentação é uma atividade discursiva que tem por objetivo modificar as convicções de um determinado interlocutor ou de um determinado auditório, através da apresentação de uma série de razões – os argumentos – que apóiam a posição defendida. Defendem um conceito de argumentação que não conduz a uma conclusão necessária, universal, na forma de um silogismo perfeito, mas que é pensada com vistas a obter a adesão de alguém a uma tese que lhe seja proposta.

O problema está em que a argumentação pensada nessa perspectiva, fundada a partir da estrutura do verossímil, apresenta um caráter dialógico, intersubjetivo, circunstancial demais e, portanto, histórico e temporal que talvez a torne algo não-formalizável. Não desejo entrar, por ora, na discussão sobre a natureza dos argumentos ou

³ Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 16) “é preciso um acordo sobre a formação da comunidade intelectual e também sobre o fato de se debater uma questão determinada”.

acerca de sua inviável formalização. Neste trabalho, desejo apenas resgatar, a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca, os fundamentos que julgo imprescindíveis à análise sobre os editoriais em jornal, objetivando estudar nos mesmos a construção de um leitor idealizado.

Os editoriais apresentam uma verdade de opinião, ainda que sutil. O sujeito que escreve, a partir do momento em que tem opiniões, crenças e valores e que tenta fazer com que outros partilhem dessas mesmas crenças e valores, implicado nesse processo, *argumenta*. Atente-se que o termo “partilhar” aqui se reveste do sentido de tornar uma idéia comum em um ato necessariamente comunicativo, daí por que registro a exigência de que o sujeito tenha de estar implicado no processo. Partilhar é tornar uma noção comum ao outro.

Não partilho uma idéia, um conceito, crença ou valor com quem não me comunico. Posso até ter a mesma crença e os mesmos valores de outros os quais nem conheço, com os quais não me comunico. Mas, no sentido que pretendo dar ao termo, não partilho com aqueles essas mesmas crenças, valores e opiniões. Partilhar implica necessariamente estar implicado em um processo de comunicação.

Levar em conta valores e crenças é o mesmo necessariamente que considerar as condições psíquicas e sociais dos sujeitos, do contrário, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 16), a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Quando não levadas em conta nem a condição social nem a condição psíquica, na formulação do silogismo em vistas à argumentação, o que temos é uma demonstração lógico-formal que parece não interessar a uma teoria da argumentação como a postulada por Perelman e

Olbrechts-Tyteca, enquanto um ato que promova a adesão dos espíritos a teses a eles apresentadas como verdades prováveis.

Na definição desses autores, o fenômeno da argumentação encontra sua identidade na sua finalidade mesma, que é a de promover a adesão dos espíritos a uma tese que lhes seja proposta. Daí por que partilhar uma opinião implique argumentar como ação que incide sobre o outro de modo a pretender mudar o seu posicionamento, promovendo a adesão a uma tese. Perelman e Olbrechts-Tyteca fornecem um conceito pragmático da argumentação porque fundado a partir da racionalidade prática de como a linguagem funciona. Trata-se de uma reflexão acerca da capacidade de obter adeptos a um ponto de vista discursivo pela compreensão da linguagem *em uso*, depreendendo-se dela, em toda sua variedade e multiplicidade existente, algo de unificado.

O fenômeno da argumentação está estreitamente ligado, portanto, a fatores de ocorrência. Chamo de fatores de ocorrência os elementos apontados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, e descritos anteriormente, como condições que precisam ser levadas em conta na argumentação, ou seja, suas condições psíquicas e sociais.

Trata-se, portanto, de estabelecer uma racionalidade não apriorística, tampouco normativa, por assim dizer, do que julgar-se-ia uma argumentação eficiente. Muito antes, o que se pretende é encontrar as bases de uma teoria a partir da análise sobre o funcionamento da argumentação desde uma perspectiva situacional, a ponto de depreenderem-se de tais ocorrências princípios gerais que expliquem a persuasão em todas as suas formas. Daí decorre o entendimento do *Tratado* de que a argumentação deva exigir

uma retórica própria a cada uma das práticas sociais, sejam elas do Direito, da Política ou do Jornalismo.

Ao propor investigar a argumentação, Perelman & Tyteca partem, invariavelmente, de uma relação existente entre aquilo que os homens enunciam em suas experiências argumentativas e os seus contextos mesmos. Nesse sentido, superam os limites de uma análise sintática ou semântica tradicionais. Isso equivale a dizer que sua análise não fica restrita à frase ou ao sentido contido nela. O entendimento que oferecem ao fenômeno da argumentação na perspectiva do situacional, defendendo uma lógica do verossímil, admite sempre aspectos extralingüísticos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca explicam a argumentação numa perspectiva pragmática⁴. Quando, por assim dizer, *apreendem* o fenômeno da argumentação, o fazem de forma a considerar invariavelmente as condições em que esta se apresenta em suas múltiplas formas no uso que as pessoas fazem da argumentação em situações reais. Nas situações reais, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 26) reconhecem como ponto de partida de toda e qualquer argumentação o reconhecimento do auditório: “o importante na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige”.

Perseguindo a mesma lógica contida no *Tratado*, proponho que uma teoria da argumentação só possa ser compreendida a partir da noção de auditório. Creio ser possível

⁴ Também para Maingueneau (2001, p. 52) a pragmática “constitui, com efeito, uma certa maneira de apreender a comunicação verbal” e, por esta mesma definição, mostra-se mais que uma doutrina.

identificar que tais textos tenham uma forma muito peculiar de enunciar certas opiniões, tendo em vista a projeção de seus leitores, ou seja, a idealização que acredito fazerem sobre aqueles que serão, com efeito, seus leitores.

Neste momento, tomo o trabalho destes teóricos como referencial metodológico e não como objeto. Cumpro analisar a construção argumentativa dos editoriais, na perspectiva do que proponho nesta pesquisa, pontuando nestes autores, as marcas do leitor que se apresenta.

O estudo da persuasão, todavia, evoluiu de uma perspectiva demasiado sofisticada, do convencimento a qualquer preço, para o estudo de estratégias que *considerem* a decisão do outro; que levam em conta o seu arbítrio. Nesse trabalho, o conceito de persuasão vai estar semanticamente assinalado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 61) no sentido de uma renúncia à violência. Renunciar à violência implica convencer pelo discurso: “pode-se, de fato, tentar obter um mesmo resultado seja pelo recurso à violência, seja pelo discurso que visa à adesão dos espíritos. É em função dessa alternativa que se concebe com mais clareza a oposição entre liberdade espiritual e coação”.

Persuadir implica agir sobre um outro de forma a influenciá-lo. Mas não representa uma ação de força irracional. Ao persuadir, quer o orador que seu auditório não se veja coagido a assumir um determinado ponto de vista. É preciso apelar estrategicamente aos

argumentos numa nova perspectiva persuasiva⁵, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 61):

O uso da argumentação implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força, que se dê apreço à adesão do interlocutor, obtida graças a uma persuasão racional, que este não seja tratado como um objeto, mas que se apele à sua liberdade de juízo. O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência.

A estratégia persuasiva dos editoriais apresenta a meu juízo, por vezes, uma construção argumentativa que dá sinais de pretender muito mais o equilíbrio de teses que a defesa propriamente de um ponto de vista. Considero este artifício argumentativo, que chamo neste trabalho de *argumentação velada*, uma estratégia de que se valem os editoriais, mas questiono sua validade, como veremos adiante.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 6), pensar a argumentação requer ter o auditório como ponto de partida. O auditório é uma construção mental que tem lugar central em sua teoria. Segundo eles, “é em função de um auditório que a argumentação se desenvolve”.

O orador deve valorizar aquele a quem se dirige, apelando a sua liberdade de decisão em torno de aderir ou não a uma determinada tese que se lhe apresenta. Afirmam claramente (1999, p. 74): “Com efeito, tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”. Julgo neste momento que os editoriais

⁵ O termo "nova" nesse momento coloca-se em oposição a tudo o que representava a retórica desde os gregos, quando esta era uma arte de falar bem.

se colocam num esforço estratégico evidente de valorizar o auditório a ponto de, em alguns momentos, prescindir de uma argumentação clara e objetiva.

O conceito de auditório remete ao entendimento de que ele não seja real, senão uma construção imaginária de quem emite um dizer. O auditório de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 22) é o auditório possível. Trata-se do “conjunto daqueles que o orador que influenciar com sua argumentação”. Logo, não se trata daqueles que de fato um orador influencie com sua argumentação. Com efeito, o conjunto daqueles que o orador imagina como sendo o alvo de sua argumentação não é necessariamente a encarnação do auditório.

Isso nos tranquiliza quanto a um ponto importante para esta pesquisa. Uma investigação sobre a construção do auditório não requer que se estude a encarnação deste auditório. Sendo assim, interessa a este trabalho tão somente como o editorial, em sua discursividade, parece dar sinais da presença de um leitor idealizado, não importando ser este o leitor real.

Daí decorre a discussão toda em torno da eficácia da persuasão à medida que, quanto mais distante do auditório em sua encarnação real for a noção mental que tiver um orador sobre seu auditório, tanto menos eficiente parece vir a ser a persuasão sobre o auditório real. Observe-se que o atributo “real” emprestado aqui, em oposição à noção de auditório em Perelman e Olbrechts-Tyteca, não é expresso conceitualmente na teoria do *Tratado da Argumentação*. Trata-se de um recurso que uso para falar de um outro auditório que não aquele da projeção mental do qual se ocupam os autores.

O problema que se coloca a uma teoria da argumentação é como estabelecer critérios suficientes de projeção mental do auditório por parte do orador de modo a garantir-lhe eficiência argumentativa. Não parece haver, de fato, nenhuma prova de evidência nos silogismos construídos pela dialética e pela retórica e que cumprem a finalidade de persuadir.

Em sua teoria, Perelman e Olbrechts-Tyteca criticam a *idéia de evidência* enquanto uma característica da razão, pois acreditam que uma teoria da argumentação não poderia estar reduzida a um exercício de prova de evidências. Assim como Aristóteles, eles entendem que a evidência só existe na experiência imediata. Não há evidência no discurso, posto que tudo é resultado da argumentação. A evidência pertence à demonstração, não à argumentação. Não é, enfim, pela evidência que um orador consegue fazer com que outrem venha a aderir a uma determinada tese.

Desde a tese aristotélica sobre retórica, há o aspecto da adesão de um público ao que argüi um orador. Porém, em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 49), esta adesão ocupa um lugar privilegiado à medida que entendem ser em função de um auditório que uma dada argumentação se desenvolve. “Nossa crença é de que [...] a argumentação depende do auditório a que se dirige”.

Na primeira parte do *Tratado*, sobre os âmbitos da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 27) afirmam que “é, de fato, ao auditório que cabe o papel principal de determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” e sentenciam que o “conhecimento daqueles que se pretende conquistar, é, pois, uma

condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. Ainda a respeito da centralidade do auditório no âmbito da argumentação, é especialmente relevante a afirmação que fazem quanto ao condicionamento do orador, ao afirmarem que, se quiser agir, todo orador é obrigado a adaptar-se ao seu auditório.

O auditório é conjunto é variável. Pode haver um orador que deseje dirigir-se a uma só pessoa; outro, que deseje argumentar para um universo maior. No primeiro caso temos o que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de auditório particular e, no segundo caso, o que chamam de auditório universal. Para eles, (1999, p. 41), “uma argumentação que se dirige a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter constringente (situacional) das razões fornecidas, da sua evidência, da sua validade não temporal e absoluta, independente das contingências locais e históricas”. Bem podemos imaginar a dificuldade de uma investida nessa direção, dada a variedade com que se mostram os auditórios.

Ainda para eles (1999, p. 22) “uma imagem inadequada do auditório, resultante da ignorância ou de um concurso imprevisto de circunstâncias, pode ter as mais desagradáveis conseqüências”. Não é difícil reconhecer a quais conseqüências referem-se Perelman e Olbrechts-Tyteca. Se tomarmos, como apregoam, o pressuposto de que “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação *eficaz*” (1999, p. 23, grifo dos autores), então julgaremos com segurança que desconhecer o auditório resulte na ineficácia da argumentação.

A argumentação é tanto menos eficaz quanto mais distante do mundo de crenças e valores daqueles a quem ela se destina. Cumpre apontar, todavia, para um esclarecimento em torno do que Perelman e Olbrechts-Tyteca entendem como eficácia na argumentação. A idéia de eficácia na argumentação é um problema muito grande na teoria do *Tratado*. Precisa ser entendida na dimensão do que propunham os autores, sob pena de uma interpretação demasiado sofisticada, em que os fins pareçam justificar os meios. Quando Perelman e Olbrechts-Tyteca tratam da idéia de eficácia, não o fazem de forma a buscar estratégias qual fossem fórmulas aplicáveis indiscriminadamente em quaisquer circunstâncias como a conquistar o convencimento a qualquer preço. A teoria da argumentação que desenvolvem não é sobremaneira normativa acerca do funcionamento da linguagem.

A eficácia em Perelman e Olbrechts-Tyteca está precisamente na idéia de adequação a um público, e não o malgrado entendimento clássico que punha o auditório à mercê da habilidade de um orador. Nesse sentido, é o próprio auditório quem parece ter o controle sobre o que julgará eficaz ou não, ou sobre o que tornará eficaz uma determinada argumentação. Os autores belgas Perelman e Olbrechts-Tyteca resgatam em Aristóteles as marcas desta valorização do público na escolha de uma estratégia argumentativa, chamando a atenção para o aspecto de que, na retórica clássica, esta noção esteve mais estreitamente vinculada à psicologia.

A noção de auditório e argumentação exposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca deixa dúvidas sobre quem seja de fato o interlocutor real, nesse jogo imaginativo em que se encontra o orador ávido de lograr êxito em sua investida. A teoria do *Tratado da*

Argumentação dispõe muito pouco sobre o real, no que concerne à noção de auditório. Os autores chegam a tratar, por exemplo, de conceitos como os de auditório presumido e de auditório universal e fogem do abstrato de suas investigações com pequenas investidas empíricas, tomadas por força de exemplos. O auditório presumido parece equivaler ao que na prática se mostra como sendo a construção do leitor no editorial jornalístico. Este é um ponto a que voltarei obrigatoriamente neste trabalho.

A argumentação precisa ser compreendida tanto quanto aos processos mentais que se articulam por parte do orador e seu auditório e quanto às relações implicadas no jogo social em que se encontram. Mesmo porque, se uma dada estratégia argumentativa é eficaz, pode sê-lo muito em parte por conta da cultura.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 23) afirmam que a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhes são destinados, “de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito de civilizações passadas”.

Parece haver, salvo juízo apressado, a necessidade de um conhecimento *a priori*, como que a preestabelecer o ato argumentativo. Talvez seja esse conhecimento, na forma da razão que o fundamenta, a prova concreta de que a argumentação, apesar de ser um ato psicológico e também social, subjetivo mesmo, seja da mesma forma racional. Senão vejamos: se há um conhecimento que se organiza, conscientemente ou não, por parte do orador, no interesse do convencimento e se ele não se atira ao exercício da persuasão de modo totalmente irracional, se ele pondera a respeito de como vai agir, então há elementos

racionais na argumentação. O desafio está em descrevê-los a partir de suas ocorrências e buscar na variedade de suas manifestações, como dito antes, algo de unificado, de geral, de muito próprio ao fenômeno. É certo que, muito embora não seja propósito deste trabalho, a pretensão da busca de elementos gerais que caracterizem a argumentação em sua eficiência é um desafio fascinante.

Ao propor o auditório como centro de uma preocupação em constituir um argumento, Perelman e Olbrechts-Tyteca preparam o campo para uma tese que defendem no corpo do *Tratado da Argumentação*, de que a forma do discurso deva ter a comunhão com o seu auditório. Trata-se aqui de entender que esses autores avançam substancialmente porque não só reafirmam a posição central da importância de um dado auditório, senão que também o colocam enquanto tendo uma participação decisiva na construção discursiva.

Começa-se a reconhecer que, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 186), “para cada estrutura social, corresponderiam modos específicos de expressar a comunhão social”. Logo, haveria uma discursividade muito própria a cada uma das práticas jornalísticas. Nelas, encontrar-se-iam marcas de uma estratégia argumentativa que cumpre reconhecer e analisar, visando avaliar sua validade.

Os editoriais de jornal cumprem uma necessidade de argumentação que justifica sua existência nos espaços formais em que se encontram. Ali estão para expressar e fazer conhecer ao leitor a opinião da empresa jornalística. No esforço de que suas teses não rendam desagrado aos leitores, parecem, no entanto, exercer um domínio rigoroso sobre

suas formas que pode forçar a uma revisão de seu gênero, em um estudo de maior profundidade.

Discordo de que o editorial deva ser dirigido a uma coletividade, como escreve Melo (1985, p. 79). Se é verdade, como quer o teórico, que “o editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública”, por outro lado isso não deveria significar, a meu juízo, que a orientação deva se dar a um auditório universal, nominado em mesma acepção por Melo como *coletividade*. A construção que fazemos de nosso virtual é uma construção idealizada sobre um particular.

Perelman e Olbrechts-Tyteca entendem haver uma necessidade da argumentação de que o orador possa promover a adesão de um auditório e de, nesse intento, poder escolher entre formas do discurso que se mostrem mais apropriadas a determinados contextos. Ou, como afirmam (1999, p. 194), “as roupas de festa parecem adequadas em certos contextos e neles não se fazem notar”.

Seja qual for a ótica que se tome para a compreensão de Perelman e Olbrechts-Tyteca, é seguro afirmar que, invariavelmente, o papel do auditório será central porque sempre condicionador deste desenvolvimento mesmo da argumentação. Os autores são categóricos ao dizer que apenas a existência de uma argumentação que não seja nem coercitiva nem arbitrária confere um sentido à liberdade humana e que, se a liberdade fosse apenas adesão necessária a uma ordem natural previamente dada, excluiria qualquer possibilidade de escolha; se o exercício da liberdade não fosse fundamentado em razões, toda escolha seria irracional e se reduziria a uma decisão arbitrária, atuando num vazio.

Com efeito, como afirmam (1999, p. 577), numa matriz racionalista “os homens e grupos de homens aderem a toda espécie de opiniões com uma intensidade variável, que só é conhecida quanto posta à prova”. A liberdade, no *Tratado*, é tida como condição necessária a toda argumentação racional. No entanto, ser livre para optar implica ter clareza sobre qual opção a ser feita, daí que os textos opinativos devam a rigor apresentar objetivamente a tese que defendem, embora deixem ao leitor o arbítrio de aderir ou não às mesmas.

2.1 Relação entre argumentação e discurso

A Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, como vimos, trabalha com aspectos extralingüísticos para compreender o processo argumentativo de textos, à medida que considera que a argumentação precisa levar em conta aspectos sociais e psíquicos. Nesse sentido, rompe com uma concepção tradicional de linguagem que foi característica de seu tempo, a exemplo de outros movimentos teóricos por volta dos anos 60. É o caso das teorias segundo as quais é possível estudar a linguagem para além do seu aspecto lingüístico também a partir das relações entre o lingüístico e o histórico-ideológico, como a Análise do Discurso, sistematizada a partir de Michel Pêcheux.

Mariani (1999, p.108) afirma que “o caminho da reflexão proposto pela Análise do Discurso (AD) leva ao questionamento da noção de sentido literal e da comunicação clara e objetiva, pois o fato da linguagem não é homogêneo nem uno”. A autora lembra que para Pêcheux⁶ o sentido das palavras, expressões, frases e textos “deve ser analisado em função do jogo social”(idem, p. 108). Com efeito, foi a partir das considerações da Análise do Discurso que se passou a considerar nos estudos sobre linguagem, de modo mais evidente, o lugar da fala dos sujeitos, bem como a língua não como instrumento de comunicação, mas como uma forma de ação sobre o outro.

Neste trabalho, penso a construção do leitor nos editoriais de jornal por marcas contidas nos textos mesmos, mas que sugerem relações com o contexto em que se inserem. Isso supõe reconhecer sentidos para além do que pareça evidente, natural, claro e transparente ao sujeito leitor.

Considerando a AD como “o resultado da interpretação dos sentidos em uma dada direção”(MARIANI, 1999, p.108), cumpre ressaltar que a direção escolhida neste trabalho, de uma Teoria da Argumentação, permite uma análise que oscila entre a materialidade dos editoriais de jornal e a dispersão causada por estes textos, que é, em última análise, o próprio Discurso⁷.

O discurso jornalístico funciona de modo a tornar possíveis modelos de compreensão da realidade que acabam por privilegiar alguns processos históricos em

⁶ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988

detrimento de outros. Curioso reconhecer, por exemplo, o fato de se acreditar que o discurso jornalístico de uma época de fato retrate o discurso desta época e funcione como documento histórico. Muitas formas discursivas, no entanto, confrontam-se no interior de um discurso jornalístico, o que torna uma abordagem discursiva sempre um exercício pouco demonstrativo do leitor real. Com efeito, assim como para a Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, também para a Análise do Discurso francesa a investigação recai sobre a construção idealizada de um auditório.

Na AD, por exemplo, esta construção imaginativa é mais complexamente descrita à medida que temos “a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante” (ORLANDI, 2001, p.40)

Tanto para a Análise do Discurso, quanto para a Teoria da Argumentação, o imaginário faz parte necessariamente da linguagem. Por meio de uma análise nestes paradigmas, podemos atravessar este imaginário “que condiciona os sujeitos em suas discursividades”(ORLANDI, 2001, p.42) e explicar o modo como os sentidos são produzidos, compreendendo melhor, portanto, o funcionamento do discurso.

Palavras mudam de sentido porque inscritas em formações imaginárias distintas, o que equivale a dizer que o sentido não está nas palavras, nem nas coisas em si mesmas. O sentido estará na relação tensional entre aquele que fala (de um lugar) e o seu enunciado,

⁷ Cf. Orlandi. 1988

constituído, por sua vez, a partir da imagem que ele tem daqueles a quem se dirige. Quem lê, produz sentidos, reordenando o que lhe foi colocado.

Entendo, como proposto em Machado e Jacks (2001, p.280), que, “como todo campo, também o jornalismo pode ser pensado sob a perspectiva discursiva”. As autoras reafirmam o entendimento de que, no jornalismo, o funcionamento da linguagem está marcado por uma formação imaginária que o jornalista tem, de modo internalizado ou intuitivo, do seu público leitor, e então, fala e escreve para um leitor virtual.

Como expressa Fausto Neto (1991, p.28) a atividade jornalística não deve pressupor, como também nenhum outro ato de linguagem, “um conhecimento estocável, que restaria ao sujeito apenas articular”. O autor recupera noções sobre o funcionamento da linguagem postuladas por Èmile Benveniste e Eliseo Verón, entre outros, para deixar claro que os sujeitos quando escrevem não têm controle total sobre os sentidos que produzem.

Eis um forte dilema que se coloca aos estudos da linguagem desde o último século e que não encontrou ainda sua superação: reconhecer a produção de sentido como processo alcançável à compreensão humana. A dificuldade de ver superado este dilema está, como se sugere, na elaboração de uma racionalidade totalmente nova sobre a linguagem.

Ainda, como escreve Fausto Neto (1991, p.30), “a linguagem não constitui apenas o campo da ação e como vimos, instrumento de trabalho do jornalista”. Deve ser lembrada

e deve ser destacada pela sua dimensão constitutiva. E neste caso, o sujeito é “rolado” pelos efeitos dos jogos de linguagem.

Neste jogo, a noção de leitor não se refere apenas a uma categoria sociológica, “que possa vir a ser definida pelos estudos que as estratégias de marketing sugerem para ajudar a instituição jornalística a construir o mercado” (FAUSTO NETO,1991,p.37). Com efeito, esta é uma outra questão. O leitor, que sugere o processo comunicativo a partir da linguagem, é alguém construído na própria “economia enunciativa” (idem).

Nos estudos de linguagem, o leitor não se constitui como uma espécie de caixa vazia, como preconizam as gramáticas de produção que subjazem nos manuais de redação. Existe, por assim dizer, na tradição dos manuais, uma crença na onipotência de certos regulamentos, os quais parecem definitivamente desconsiderar o sujeito receptor como um elemento ativo no processo de formação de sentidos. Teresinha Brandão (2000,p.159) recupera a noção clássica de que o discurso “de outrem só pode ser compreendido se tiver como base a interação verbal, isto é, se ele for considerado produto de interação entre interlocutores os quais utilizam a enunciação em situações concretas”. Vai daí que o contexto representa um papel fundamental porque ele é quem determina boa parte das condições de um discurso.

A este respeito escreveu Bakhtin (apud BRANDÃO, 2000,p.160) que “o contexto é capaz de estabelecer a relação do locutor com o discurso que ele retoma, levando em conta a dimensão do discurso citado, a dimensão que cita o discurso e a dimensão a quem o discurso é transmitido”.

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca esta terceira dimensão é a dimensão inicial de toda e qualquer argumentação. A constituição definidora de um auditório, de um receptor, por assim dizer, é o ponto de partida de toda argumentação.

Com efeito, este entendimento é coerente com o que Bakhtin considerava indispensável aos estudos da linguagem, conforme explica Faraco (1999,p.26):

Deve-se observar em primeiro lugar que a concepção da linguagem em Bakhtin é dialógica, se a ciência humana tem método e objeto dialógicos, também suas idéias sobre o homem e a vida são marcadas pelo princípio dialógico, “A alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam com o outro”. (BAKHTIN, Mikhail.1992,p.35-6)

Falar de argumentação em termos de comunicação implica levar em conta as modalidades de recepção do argumento, o que significa, em extensão esse “considerar o outro”. Ou, como escreve Breton (1996,p.33), “cada indivíduo tem previamente um ponto de vista próximo da opinião que lhe é proposta, salvo no caso de uma novidade absoluta ou de um campo do conhecimento especializado”. Daí que textos editoriais em jornal devem considerar essas posições prévias por parte do interlocutor enquanto necessidade de organização do processo argumentativo.

Todo processo de comunicação considera, com efeito, o destinatário, que se constitui, por sua vez, semanticamente, para assegurar um determinado contrato de leitura a que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de acordo. Berger (1998, p.27) lembra que “afirmar a presença do receptor no discurso é reconhecer as estratégias do campo da

produção para garantir o seu êxito”. Esse reconhecimento, que é uma espécie de acordo e que não assim tão evidente, é o que objetiva a presente dissertação, considerando-se as amostras contidas nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

3. A análise dos editoriais

3.1 Descrição da amostra

Com o objetivo de verificar as marcas de construção idealizada do leitor nos editoriais jornalísticos, optei pela seleção na forma de amostragem de textos publicados nos espaços editoriais da *Folha de São Paulo* e de *O Estado de São Paulo*, no período de 13 a 26 de abril de 2003.¹

O período foi definido aleatoriamente. O cuidado maior foi o de garantir que os textos editoriais dos dois jornais pudessem ser comparados em sua unidade ao longo de todo o período, sem que faltasse uma só edição, para que pudessem ser estudados numa concepção de conjunto. A escolha por estes dois jornais paulistas se justifica por serem jornais de grande circulação no país e que se colocam como referenciais a todo o restante da imprensa brasileira. Foram dez dias de jornalismo acompanhado na forma de editoriais de forma analítica, resultando num total de 40 editoriais publicados na *Folha de São Paulo* e 42 em *O Estado de São Paulo*.

Depois de selecionados, os editoriais foram lidos e agrupados por editorias e, dentro delas, apontados os assuntos tratados naquelas datas. A tabulação dos dados apontou a necessidade da classificação nas seguintes editorias como presentes nos jornais do período: política, internacional, ciência e tecnologia, economia, administração pública e saúde.

¹ A íntegra dos editoriais citados nesse trabalho encontra-se em Anexo

Na *Folha de São Paulo*, foram contabilizados 10 editoriais sobre política, contra 11 no jornal *O Estado de São Paulo*. Esta uniformidade numérica, no entanto, não significa igualdade no tratamento de temas pelos jornais, tampouco na posição assumida por eles. Nos editoriais de *O Estado de São Paulo* é dada preferência à discussão sobre as críticas de Lula aos benefícios da Previdência, a necessidade de amadurecimento do PT, as formas de ação do partido e os obstáculos às reformas, a exigência de políticas para combater o trabalho infantil, política da reforma agrária e o despreparo do governo nas questões cambiais. Na *Folha de São Paulo*, o tratamento da editoria de política defende a necessidade de uma identidade do governo Lula em resposta aos ataques da oposição, avalia questões internacionais como a repressão em Cuba enquanto preocupação política ao Brasil, defende a necessidade de apoio ao governo para as reformas da Previdência e trata de problemas sociais numa perspectiva política, como no caso do editorial do dia 21 de abril, *Dispersão social*, em que são comentados programas sociais, defendendo palavras do presidente Lula.

Foram identificados 16 editoriais no jornal *O Estado de São Paulo* tratando da administração pública referente à cidade e ao estado de São Paulo, contra apenas 04 na *Folha de São Paulo*. A observação destes números permite dizer que o jornalismo editorial da *Folha de São Paulo* é menos preocupado com questões localizadas da administração pública.

Quanto à editoria de internacional, foram registrados, na *Folha de São Paulo*, 13 editoriais contra apenas 04 em *O Estado de São Paulo*. Com efeito, não é difícil assumir, diante destes números, que a orientação editorial de *O Estado de São Paulo* é menos dedicada a problemas externos ao país.

Nos domínios dos editoriais de Economia, verificou-se a presença de 08 editoriais no jornal *O Estado de São Paulo*, contra 07 na *Folha de São Paulo*. Um equilíbrio idêntico ao encontrado na classificação dos editoriais de política, mas com igual distinção no tratamento dispensado aos problemas. Os editoriais da *Folha de São Paulo* promovem análises distintas das feitas por *O Estado de São Paulo* às mesmas questões e focam o problema sob perspectivas muito próprias; a *Folha de São Paulo* revela uma preocupação com o microempresário, com a variação cambial vista de dentro para fora, criticando os juros altos no país e debatendo a sustentabilidade do real, enquanto *O Estado de São Paulo* critica os acordos com o FMI e defende a criação de zonas livres de comércio.

Ciência e tecnologia estão presentes, pela amostra utilizada, em apenas 02 editoriais da *Folha de São Paulo* e somente em um caso no jornal *O Estado de São Paulo*, coincidentemente na mesma data de 21 de abril de 2003, mas sobre assuntos diferentes. *O Estado de São Paulo* faz críticas à criação de um novo ministério, enquanto a *Folha de São Paulo* defende a necessidade de recursos para o setor.

A editoria de saúde foi identificada em 03 datas diferentes na *Folha de São Paulo*, enquanto no jornal *O Estado de São Paulo* aparece em um só editorial, apenas no dia 16 de abril, por ocasião do aniversário de 50 anos do Hospital do Câncer em São Paulo, um fato

mais ligado à administração da instituição que propriamente aos problemas que ocupam a pauta de saúde na imprensa brasileira.

Outro exemplo do tratamento diferenciado dado pelos editoriais é com relação ao tema da administração pública. Na *Folha de São Paulo* identifica-se uma preocupação com as grandes cidades e a lei de zoneamento de São Paulo, o crescimento dos índices relativos às penitenciárias e o aumento da segurança, todos temas vistos numa perspectiva maior que a do problema localizado na realidade imediata.

No jornal *O Estado de São Paulo*, por sua vez, a tendência é local no tratamento das questões de administração pública: em 13 de abril, o Rodoanel é tratado como um problema a ser pensado por São Paulo e não como problema de planejamento urbano comum a todas as grandes cidades. No dia seguinte, a administração pública estadual é aconselhada a pensar as políticas de informatização sob a premissa de que mais computadores podem representar como consequência, índices menores de violência.

Assumindo esta perspectiva temática mais local que na *Folha de São Paulo*, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou, no dia 15 de abril de 2003, editorial tratando da Febem paulista e no dia 17 retornou ao debate do Rodoanel como um problema de São Paulo. Esforços do jornal *O Estado de São Paulo* por temáticas locais apontam, a meu ver, para a presença de um sujeito leitor situado entre o cidadão da metrópole paulista e o poder público, a quem claramente destinam-se cobranças de promessas da prefeitura por mais obras na cidade.

A questão da Febem volta à pauta do dia 19 de abril, nos editoriais de *O Estado de São Paulo*, em texto defendendo leis mais duras, sendo que no dia 20 de abril, o jornal aponta o descaso da administração pública de Ouro Preto, e por aí segue, com exemplos de assuntos tomados desde uma perspectiva muito particular. Em síntese, são editoriais que apontam problemas localizados, exigindo providências localizadas, diferente de seu concorrente.

3.2 A temática como indicação do leitor

O mapeamento dos editoriais da *Folha de São Paulo* e de *O Estado de São Paulo* permite leituras preliminares sobre o seu conteúdo argumentativo e que apontam na direção de públicos muito definidos, aos quais os editoriais se destinam.

A primeira destas observações diz respeito ao tratamento temático dado pelos editoriais. A concentração maior de assuntos considerados de editoria internacional e que vão desde abordagens sobre a guerra entre Iraque e Estados Unidos, políticas do Mercosul e União Européia até assuntos como a repressão em Cuba, está na *Folha de São Paulo*, com 15 editoriais contra apenas 5 de *O Estado de São Paulo*.

A escolha temática implica diretamente a definição de público leitor. Os editoriais da *Folha de São Paulo* se mostram mais internacionalizados e, por isso mesmo, mais globais no tratamento da opinião. Na verdade, mexem com as perspectivas de um leitor supostamente mais preocupado com as questões mundiais. Com efeito, quem é o leitor preocupado com este tipo de questão?

Suponho que a preferência dada pelos editoriais da *Folha de São Paulo* a questões como a guerra e análise a respeito da hegemonia norte-americana possa denunciar a construção idealizada de um receptor mais bem informado no que diz respeito a temas de interesse global. *O Estado de São Paulo*, neste particular, se revela bem mais “provinciano”, no sentido de um sujeito preocupado com sua realidade imediata, com tratamentos temáticos muito mais concentrados na realidade do Estado ou da capital paulista.

Identifico, neste trabalho, formas de aproximar a noção de leitor idealizado no emprego concreto de marcas textuais, mas não realizo uma análise pontual quanto a todas as marcas possíveis. Interessa localizar no texto sinais que indiquem o leitor imaginado para aquele discurso.

O Estado de São Paulo é, de fato, bem mais tradicional que a *Folha de São Paulo* não apenas no tratamento temático dos editoriais, mas também na escolha de estratégias argumentativas. O apego ao tradicional e que o torna conservador é evidente também no esforço que os editoriais de *O Estado de São Paulo* apresentam pelo equilíbrio de teses, visando aparentemente não ferir suscetibilidades do leitor.

O conservadorismo do jornal *O Estado de São Paulo* é ainda mais evidente quando tomamos os textos editoriais que tratam da administração pública estadual². Enquanto na *Folha de São Paulo* são apenas 4 os textos que tratam do tema, e todos eles avançando na análise global da administração, como sendo de toda e qualquer administração pública, em

O Estado de São Paulo este número é quatro vezes maior. São 16 editoriais tratando da administração pública e de forma sempre localizada no Estado e particularizada na gestão Alckmin.

Os editoriais de *O Estado de São Paulo* contemplam com menor precisão a opinião do leitor porque usam estratégias para assegurar o equilíbrio de teses em suas abordagens. Sem abrir mão de ter opinião, escolhem estratégias que passam longe o suficiente da posição firmada pelos editoriais da *Folha de São Paulo*. De certa forma, poderíamos dizer que *O Estado de São Paulo* faz um esforço por não delimitar muito precisamente o seu público leitor. Esta estratégia faz parte de sua característica.

O Estado de São Paulo se mostra mais vocacionado para a construção de um leitor que se identifica com o empresário e com o político paulista. Mas, como não sabe exatamente que tipo de empresário, nem que tipo de político, justifica não querer ferir suscetibilidades. Fala a um governo, atribuindo-se a competência e a legitimidade de falar em nome de uma sociedade; fala ao leitor de São Paulo.

O editorial da *Folha de São Paulo* se pretende, de certa forma, conhecedor de soluções. Considera o leitor um sujeito que quer respostas, enquanto *O Estado de São Paulo* reproduz o que a sociedade já sabe e pensa. A percepção de que os editoriais de *O Estado de São Paulo* evidenciam um equilíbrio de teses pode ser facilmente descrita pelo exemplo dos editoriais de 24 de abril, em que *O Estado de São Paulo* toma posição contra a crítica feita pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Poder Judiciário, mas respeita a

² Ver classificação adotada no Anexo 1

crítica avivada contra o Judiciário e que é, em última análise, o problema real. Preserva o leitor que concorda com o que Lula disse, esquecendo que uma tese é o problema do Judiciário e outra é o problema do que disse o presidente.

A Folha de São Paulo parece escolher mais o seu leitor. Possui uma discursividade mais objetiva, mais sintética. *A Folha de São Paulo* apresenta textos mais curtos como editorial, com frases mais objetivas e menos adjetivadas, concepções expostas de modo mais direto; pondera sintética e rapidamente. O Estado de São Paulo abusa de adjetivações e de gerúndios, opta por períodos mais longos, é menos claro nas afirmações que faz, é mais prolixo.

Focado no que diz respeito ao sujeito leitor, desejo evidenciar também que os editoriais ordenam argumentos e evidenciam certos acordos com seus auditórios que ficam visíveis em seus discursos. Tomo aqui a classificação de Perelman e Olbrechts-Tyteca sobre estes aspectos para definir categorias de análise sobre os editoriais em questão.

3.3 Algumas marcas da construção do leitor : os acordos e a ordenação dos argumentos

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999,p.73) “com efeito, tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”. Desse entendimento resulta a importância de se reconhecer não apenas como se constroem os raciocínios, senão também como se desenvolvem, graças a ligações e dissociações de idéias.

A argumentação se apóia no *Tratado da Argumentação* em uma lógica que não a lógica formal, demonstrativa. Enquanto nesta, parte-se de axiomas para se chegar a teoremas - e sua ordenação não interfere na construção de argumentos, na lógica menos formal, a ordem dos argumentos terá importância considerada.

Ocorre que no exercício da argumentação leva-se em conta não a demonstração, mas o verossímil, leva-se em conta a adesão das mentes, o que, de um aspecto psicológico, interfere no processo. Em vez de uma argumentação calcada na arbitrariedade de axiomas, o que conta, nessa argumentação, é muito mais o seu caráter evidente ou aceitável.

Considerando-se a importância da ordenação dos elementos, ela não se torna independente, uma vez que dependerá de fato da adesão do auditório. A este respeito, explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.556): “ora, à medida que se desenvolve a argumentação, a situação deste (do auditório) se modifica pelo próprio fato dessa argumentação, e isso seja qual for a acolhida dada aos argumentos”.

Embora o condicionamento do auditório possa ser realizado por meio do emprego de elementos externos como a iluminação, a música, os odores, todavia, o que centra a atenção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999,p.555) é a realização desse condicionamento por meio do discurso, ao que afirmam :

[...] o discurso não deixa o ouvinte tal como era no início, mas tampouco modifica-lhe as crenças de um modo irremediável, como fazem os elos de uma demonstração. Pois se assim fosse, a ordem

não teria todo o seu peso. É precisamente porque as formações do auditório são, a um só tempo, efetivas e contingentes, que importa tanto a ordem adotada.

Perelman e Olbrechts-Tyteca entendem que a ordenação seja decisiva tanto para auditórios universais quanto para auditórios particulares³. Embora pareça menos significativa aos primeiros, há de se considerar que todo auditório universal se modifica com o tempo, com as concepções que dele tem o orador e que, nesse sentido, assume aspectos concretos e um certo caráter de auditório particular, o que torna a ordem significativa.

Se a argumentação é, essencialmente, “adaptação ao auditório”, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.556), é na ordem dos argumentos de um discurso persuasivo que os autores consideram estar os fatores que favorecem a adesão de um público a uma determinada tese. A concepção contida no *Tratado da Argumentação* é de que “aquilo que usufrui acordo mais amplo do auditório será colocado favoravelmente no início de um discurso”(idem, p.549).

Importa esclarecer que a ordem dos argumentos enquanto preocupação de Perelman e Olbrechts-Tyteca difere dos estudos sobre as partes do discurso preconizados pelos sofistas, os quais discutiram os discursos enquanto contidos em exórdio, narração, prova, refutação, conclusão e epílogo. Com efeito, Quintiliano em *Rhetorica ad Herennium* se

³ Para os autores do *Tratado*, o auditório universal é a construção idealizada de um auditório contendo o maior número de pessoas possíveis que concordariam com uma determinada tese, enquanto o auditório

gaba de ser o primeiro a ter reconhecido certas modalidades do discurso como próprias a sua ordenação; Aristóteles, Cícero e Platão trataram desse aspecto de modo distintos. (cf PERELMAN e OLBRECHTS- TYTECA, 1999, p. 561 e 625).

Nas *Partitiones Oratoriae*, Cícero aconselha (apud PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999,p.563) “proceder diferente conforme o gênero da argumentação”. Cícero descreve o procedimento de uma argumentação que adianta primeiro as razões escolhidas e as estabelece solidamente e só depois de emocionar o auditório é que lança o que deveria ter sido exposto ao começar. Tal recurso é mais comum aos discursos adotados pelos editoriais de *O Estado de São Paulo* que pela *Folha de São Paulo*, onde a argumentação começa diretamente pela exposição de um ponto que se deseja ver aceito, como demonstro a seguir.

Tomo dois editoriais que tratam do mesmo tema: a crítica feita em abril de 2003 pelo presidente Lula ao Poder Judiciário, acusando o espírito corporativo dos juizes que rejeitam controles externos a sua atividade. No editorial *Críticas Gratuitas*, da *Folha de São Paulo* de 24 de abril, uma afirmação veemente abre o texto contra a fala do presidente Lula, onde se lê:

Excedeu-se na retórica o presidente da república ao afirmar que existe uma “caixa preta” no judiciário brasileiro. A crítica, recheada de generalidades, não diz exatamente a que veio. Cria um mal-estar gratuito entre Poderes e não contribui em nada para o avanço das instituições do país. (Folha de São Paulo, 24 de abril de 2003, p. A2)

particular é uma construção idealizada de um auditório constituído por um grupo específico de adeptos prováveis, para o qual não concorre a intenção de obter adesão em maior número.

Nesse exemplo, a argumentação de fato começa pelo ponto de vista. Revela a preocupação com um leitor menos disposto a aceitar exercícios retóricos através do editorial. Permite que se considere o estilo da *Folha de São Paulo*, coerente com a teoria postulada no *Tratado da Argumentação*, um discurso para o qual concorre um leitor muito preciso. Não há uma preocupação com a adesão universal do que é proposto na tese logo de início, do contrário seguramente a construção discursiva seria mais cuidadosa.

O Estado de São Paulo, no dia 24 de abril, em editorial sob o título *Palavras de Palanque*, começa por um longo parágrafo citando o filósofo francês Jean Paul Sartre sem nenhuma menção, a não ser no final, sobre o presidente do Brasil. A tese é, deste ponto de vista, preparada antes de se ver enunciada no segundo parágrafo, momento em que se encontra a afirmação clara de uma proibição à crítica manifesta por Lula. Conforme o texto:

O filósofo francês Jean Paul Sartre disse certa vez que os romances não se escrevem com idéias, mas com palavras. Da política se pode dizer algo parecido: nela, a expressão de uma idéia, uma proposta, uma visão das coisas, é tão ou às vezes mais decisiva para o seu destino do que as virtudes ou deméritos que eventualmente contenha. Sendo a palavra (...) (O Estado de São Paulo, 24 de abril de 2003, p. A3)

E somente no começo do segundo parágrafo:

O presidente Lula devia saber, por isso, que a sua condição de chefe do Poder Executivo Federal faz dele o único brasileiro proibido de criticar o Legislativo ou, como acaba de fazer, desastrosamente ainda por cima, o Judiciário. Isso está longe de ser (...) (O Estado de São Paulo, 24 de abril de 2003, p. A3)

É uma característica muito comum entre editoriais de *O Estado de São Paulo* a presença de elementos anteriores à apresentação da tese, retardando a compreensão do leitor. No editorial *A diminuição do trabalho infantil*, de 22 de abril, *O Estado de São Paulo* faz uma exposição demorada sobre a evidência do que chama de “malefícios do trabalho infantil”. Cita a grave situação no país, a existência de pesquisas e tudo isso em um longo e pouco objetivo parágrafo. No começo do segundo parágrafo, apresenta a proposição a seguir:

Antes de mais nada é preciso apontar o que há de mais grave e menos trágico socialmente que é o fato de existirem no Brasil, um milhão de crianças e adolescentes que só trabalham, sem estudar, pois estes são condenados a um futuro sem quaisquer perspectivas (...) (*O Estado de São Paulo*, 22 de abril de 2003, p. A 3)

Cabe discutir por que *O Estado de São Paulo* reconhece que a tese deve ser apresentada de início e não procede desta forma. Escolhe estratégias argumentativas que retardam a apresentação da tese fundamental mesmo admitindo que o leitor merece o contrário, conforme explicita no texto. Em outro exemplo, no texto sobre a diminuição do trabalho infantil, confirma-se uma estratégia de apresentação semelhante à maioria dos editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, com pouca objetividade na apresentação da tese e um empenho menor, se comparado à *Folha de São Paulo*, na apresentação de seus argumentos:

Estatísticas às vezes não dizem muito e podem resultar numa apresentação inconclusiva de percentuais e de cifras, se não devidamente associadas a conceitos e fatos da realidade que se pretende aferir. (...) - (*O Estado de São Paulo*, 22 de abril de 2003, p. A 3)

Pergunto a que veio mesmo esse editorial. E considero que o leitor só poderá sabê-lo na seqüência, com a apresentação demorada de números do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre trabalho infantil. A tese fica confusa, diante do primeiro parágrafo, deixando o leitor situado entre a condenação do trabalho infantil, que seria uma tese aceita universalmente; e uma crítica outra, que se infere das primeiras afirmações do texto, de que as estatísticas estariam equivocadas, sem dizer, todavia, em que sentido, se para mais ou para menos, e que teria adeptos obviamente em auditórios mais particulares.

O que postulo é que na construção argumentativa do editorial, se vou logo na tese que pretendo ver colocada e se apresento de imediato as razões que considero mais fortes a sua defesa é porque tenho mais clareza sobre a quem desejo me dirigir na argumentação. Entendo que a construção projetada de leitor que ocorre em casos como esse coloca o autor mais perto do leitor particular que de um leitor universal e, por essa razão, evidencia uma precisão maior acerca do leitor ao qual se destina o texto.

Quero crer que o recurso de retardar a apresentação de uma tese, como faz com relativa freqüência o jornal *O Estado de São Paulo*, cumpre apenas uma finalidade maior que é a de não ferir suscetibilidades, justamente em defesa do interesse por um auditório mais universal. O cuidado com esse aspecto é tamanho, que no mesmo texto editorial de *O Estado de São Paulo* de 22 de abril, sob o título *A diminuição do trabalho infantil*, é lida a condenação quanto a um problema social que demanda ações governamentais e encontram-se também elogios a políticas do governo e se reconhecem os avanços de programas

governamentais já testados, mesmo sem dizer que programas são esses. *O Estado de São Paulo* exerce a meu ver nesse exemplo, uma crítica, sem criticar de fato.

Seguramente, traria ao leitor uma força persuasiva muito diferente, se o texto começasse pela afirmação da tese de que é preciso reduzir o trabalho infantil no Brasil de hoje, calculado em um milhão de crianças e adolescentes. *O Estado de São Paulo* parece não desejar impactos dessa natureza. Considero que ao apresentar de uma forma mais cuidadosa a tese de que a realidade é preocupante, a qual, evidentemente, não é possível de ser negada no interior do discurso, o editorial usa um recurso com interesse de respeitar opiniões divergentes, sobretudo, como é o caso, a opinião do governo, o que explica o cuidado manifesto ao final do texto, quando *O Estado de São Paulo* acena vagamente em relação a “programas já testados” e tece alguns elogios pouco concretos. Os exemplos desse procedimento nos editoriais da *Folha de São Paulo* são menos comuns.

Observemos um caso em que os dois jornais dispensam tratamento a um mesmo tema. Ambos tratam, em 17 de abril, da questão da repressão feita pelo governo ditatorial cubano sobre os cidadãos de seu país que buscam fugir do território. As duas abordagens editoriais, todavia, ocuparam estratégias distintas de argumentação. Enquanto o editorial de *O Estado de São Paulo* faz a defesa da tese de que repressões fazem parte de ditaduras e que são estas últimas e não as primeiras que devem ser apresentadas, a *Folha de São Paulo* constrói uma tese de que o governo brasileiro deveria ser menos tímido ao manifestar-se sobre episódios de repressão, cobrando do presidente que separe o sentimentalismo em relação ao governo cubano, “laços de amizade ou reverência pessoal” e “as barbaridades cometidas pelo regime cubano”. Não só isso, os editoriais também constroem

diferentemente outras estratégias argumentativas. A *Folha de São Paulo* é mais incisiva porque abre o seu editorial com uma afirmação que é antes de tudo um juízo de valor, qualificando a timidez do governo Lula em relação a questões da repressão em Cuba de “constrangedora”, e abre o segundo e o terceiro parágrafos com assertivas muito claras, de que “o Brasil não pode hesitar em opor-se e quanto ao que “há de condenar”, tanto na pretensão norte-americana quanto na conduta governista de Fidel Castro.

O jornal *O Estado de São Paulo* versa, em seu editorial, primeiramente, a respeito da natureza das ditaduras; repete o texto noticiado pela imprensa internacional, apegando-se aos fatos, e ensaia uma tese que poderia ser resumida como a de que as ilusões do socialismo cubano são “defraudadas” e, ao mesmo tempo, questiona que isso ocorra tardiamente.

Apenas no fechamento do texto, lastima a posição silenciosa do presidente Lula e apela para os direitos humanos, uma vez que fugitivos são perseguidos pelo regime. Se o propósito dos dois textos é o mesmo, a rigor, o de cobrar do governo brasileiro a posição que têm a respeito da condenação sumária do governo cubano aos dissidentes, então qual a razão de uma argumentação ser menos clara desde o começo quanto à própria finalidade?

Entendo haver por parte de *O Estado de São Paulo* uma necessidade de não atacar de saída nem ao ponto de vista do governo, nem ao de quem quer que seja. Seu estilo, que qualifico de estilo de equilíbrio de teses, a meu ver, parece favorecer o descumprimento da finalidade mesma do editorial no jornalismo brasileiro, que é a de argumentar sobre uma tese defendida pela empresa jornalística. Se, por um lado, mesmo se valendo de uma

estratégia como essa, do retardamento da tese, o jornal exerce a argumentação, por outro lado, o faz sem a convicção que se espera do gênero jornalístico e do próprio veículo.

O jornal *O Estado de São Paulo* tem também como característica (vide anexos) sustentar teses antes já manifestas por vozes às quais se atribui alguma notória competência ou autoridade, sejam pessoas ou instituições. É o governador paulista Geraldo Alckmin quem fala, em 17 de abril, no editorial *A saída para o Rodoanel*, em defesa de projetos urbanos, considerando-os uma “necessidade para todo o Estado e grande parte do país”. Julgo que o jornal não precisaria apoiar sua argumentação na autoridade do governador para poder dizer o mesmo que ele disse. Mas que se assim procede, é com uma finalidade persuasiva.

Os exemplos são muitos a respeito dessa dependência direta da argumentação a quem a sustente, acima da qualidade do próprio veículo. A crítica ao despreparo da administração pública, por exemplo, no que diz respeito ao patrimônio histórico, é assumida na voz do diretor do IPHAN, (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), Benedito Tadeu Leite. As críticas ao BNDES, (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.) são reiteradas publicamente em 25 de abril na pessoa do seu novo presidente, o professor Carlos Lessa. São personalidades públicas, revestidas de uma autoridade que lhes confere, no imaginário popular, a legitimidade do saber constituído.

Evidentemente, há casos em que os editoriais não se mostram tão dependentes, no jornal *O Estado de São Paulo*, de argumentos marcados por autoridade. Exemplo disso é o

caso do texto *A tragédia da irresponsabilidade pública*, veiculado dia 23 de abril, no qual se condena a omissão de responsáveis em casos de tragédias como a perda de vidas humanas em naufrágios de embarcações turísticas e a crítica aparece claramente colocada enquanto tese do próprio jornal. O texto apresenta com maior segurança que o habitual o que considera absolutamente inadmissível, qualificando ocorrências do gênero como “constantes” e adjetivando de “negligentes” os que agem com descaso na fiscalização sobre questões de segurança nas embarcações. Há que se considerar, embora pareça óbvio, que teses como as de que vidas precisam ser preservadas e de que responsáveis não podem se omitir ou agir com negligência são absolutamente universais. Pensando no sentido do que Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram como base de toda e qualquer argumentação, julgaria até que são teses que não se prestam à finalidade de editoriais, uma vez que, sobre o que é consensual, não se precisaria argumentar.

Os editoriais da *Folha de São Paulo* costumam adotar, em suas estratégias argumentativas, a ordem nestoriana, ou homérica,⁴ começando e terminando os textos com argumentos fortes, ao contrário do que faz o jornal *O Estado de São Paulo* em que, salvo raras exceções, nas quais a tese é indiscutivelmente universal, nunca se apresenta a tese já no começo do texto ao leitor.

Em 17 de abril, no editorial *Timidez Constrangedora*, a *Folha de São Paulo* argumenta em torno da atitude de Lula de não criticar a repressão em Cuba, afirmando tal atitude enquanto “constrangedora” porque “fraquejar nesse tema deixa a impressão de que a

⁴ HOMERO. *Iliada*, capÍV, vv 297 ss. In: PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 564. Nestor, personagem de Homero, havia colocado entre o começo e o fim de uma batalha as suas tropas menos confiáveis.

nostalgia da esquerda revolucionária, guerrilheira e autoritária, ainda não foi expurgada do PT”. Ao final do texto, o argumento dessa nostalgia condenável é recuperado novamente mediante a passagem “laços de amizade ou de reverência pessoal que uma ou outra liderança do governo Lula tenha com Fidel Castro e alcólitos”, o que não justificaria a “tergiversação diante das barbaridades cometidas pelo regime cubano”. O texto defende ser necessário depurar de sentimentalidades a linha de política externa que o Estado brasileiro deve adotar. Observe-se que o mesmo argumento do início é retomado ao final.

De forma exemplar, esse procedimento pode ser identificado no editorial *Democracias Árabes*, publicado em 21 de abril pela *Folha de São Paulo*. A mesma tese que propõe a revisão dos conceitos de democracia aparece contida no começo e no final do texto, reproduzindo, em certa medida, o estilo nestoriano de persuadir.

No começo do texto:

George W. Bush e a máquina de propaganda norte-americana vêm tentando justificar a aventura bélica no Iraque como “uma guerra de libertação”. Mas é risível a idéia de que as tropas norte-americanas tenham deposto Saddam Hussein para levar a democracia aos iraquianos. (Folha de São Paulo, 21 de abril de 2003, p.2A)

No final desse mesmo texto, a tese de revisão do conceito de democracia é reavivada com a afirmação de que “o Ocidente precisa decidir se considera mesmo a democracia um valor universal ou se só vai defendê-la enquanto isso estiver de acordo com os seus interesses geopolíticos”.

Os exemplos citados não esgotam, evidentemente, as muitas possibilidades de explicar que a escolha de elementos que preparam a apresentação de uma argumentação em editoriais tem de fato, características muito peculiares em cada veículo. Mas podemos observar que uma preocupação com estratégias desse tipo se justifiquem pela construção imaginária que se faz daqueles aos quais o discurso estaria destinado.

Julgo que, quanto mais se reconheça um auditório em suas convicções sobre a tese, mais coerente será a apresentação da tese como faz, em geral, a *Folha de São Paulo*. O cuidado com a apresentação, no sentido de retardar a enunciação de uma tese em um texto editorial, parece muito mais um cuidado com o próprio leitor e que se explica à medida em que se saiba menos sobre ele.

Nesse raciocínio é que considero o leitor da *Folha de São Paulo* um leitor mais claramente definido porque particularizado enquanto auditório, conforme propõem teoricamente Perelman e Olbrechts-Tyteca. Evidentemente, esse tipo de estratégia não está sempre presente nos editoriais da *Folha de São Paulo*, mas é muito mais freqüente que no estilo verificado nos textos de *O Estado de São Paulo*. Tal evidência quanto à diferença de ocorrências torna significativo o estudo sobre o editorial e sua ordenação argumentativa.

A ordem nestoriana, conforme explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999,p.565) oferece “logo de início ou em último lugar , os argumentos mais sólidos, sendo todos os outros agrupados no meio da argumentação”. Nesse sentido, julgo os editoriais da *Folha de São Paulo*, modelos de um estilo nestoriano, que é “a ordem mais recomendada, uma vez que quando uma objeção grave pode pesar sobre todo o desenvolvimento do discurso, de

nada serve adiantar argumentos que seriam todos interpretados em função dessa objeção”(PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p.565).

Com base em Whately ⁵ Perelman e Olbrechts-Tyteca observam que é preciso refutar argumentos que se mostram não tão eficazes na força persuasiva para só assim conseguir deixar o campo livre “para interpretações mais favoráveis”.

A refutação antecipada implica que a acusação é normal e deve, pois, ser levada em conta. Quintiliano é lembrado por Perelman e Olbrechts-Tyteca em uma anedota clássica⁶ e que exemplifica a questão da refutação antecipada. Fúlvio Propínquo, a quem o legado do imperador perguntava se os documentos que apresentava estavam assinados, ao que respondeu “sim senhor, e a assinatura não é falsa”.

Em certa medida, o fato ilustra o quanto o comportamento reativo dos auditórios nem sempre apresenta unicamente elementos racionais. A esse respeito, escrevem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.556):

As reações de um auditório dado, mesmo que possam ser interpretadas em termos psicológicos, ou mesmo políticos, não deixam de ser com muita frequência explicáveis e justificáveis por razões que poderiam ser admitidas pelo auditório universal e que tornam essas reações, em certa medida, racionais.

Com efeito, parece mais racional que não se apresentem argumentos por meio de refutações antecipadas. Os editoriais analisados não registraram a estratégia da refutação, o que representa, claramente, uma consideração tanto da parte da política editorial da *Folha*

⁵ *Elements of Rhetoric*, parte I, cap III, par.6, p.90 in : PERELMAN e TYTECA, 1999, p.565

de São Paulo quanto de *O Estado de São Paulo*, a respeito da capacidade racional de seus públicos.

A ordem com que se mostra constituído o discurso de um editorial é “objeto de uma escolha cuja única regra é a melhor adaptação possível aos sucessivos estados do auditório, tais como os imaginara o orador, e este último poderá mesmo reivindicá-lo como um direito” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p.567)

Conforme os autores do *Tratado da Argumentação*, “a argumentação é um todo, destinado a um auditório determinado” (1999, p. 574) e isso representa dizer que não pode evidentemente ser compreendida tão somente por uma aspecto de sua forma ou de seu conteúdo, senão das duas perspectivas e ao mesmo tempo. É por essa amplitude do objeto de estudo que Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram que o estudo da argumentação force a passagem de um problema da comunicação a uma ontologia e a uma estética.

Se o que se busca é a compreensão sobre a ordem do discurso, porque reconhecida como elemento decisivo para a persuasão sobre o público, então o estudo acerca da construção ordenativa do texto editorial deve mesmo considerar como ponto de partida a adaptação do orador ao auditório. O método, portanto, de efetivar a ação comunicativa, que é a argumentação nos editoriais, vai se fundir com a forma com que se constituem os discursos com essa finalidade. Uma teoria da argumentação deve, sem dúvida, saber encontrar a conciliação entre essas duas perspectivas de análise. A principal razão para esse

⁶ Quintiliano. vol II, vív VI cap II par. 100. In: PERELMAN e TYTECA, 1999, p.566

dever está na necessidade de uma retórica como a postulada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, a qual passa longe da noção tecnicista da retórica clássica.

Há uma certa racionalidade secreta nos mecanismos, na forma e na metodologia de discursos como os de editoriais de jornal, nos quais a finalidade maior é persuadir o leitor. O estudo da ordenação é uma categoria indicada no *Tratado* e que, ao lado dos acordos que se estabelecem com os auditórios, podem contribuir para identificar o leitor virtual, projetado nos editoriais.

Os editoriais parecem evidenciar uma construção argumentativa entre o real e o aparente, no sentido do que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de argumentos analógicos. A este respeito, escreve Breton que " esta família de argumentos implica também em um raciocínio que ligue duas zonas do real"(1996, p.130). Uma delas é o objeto de um acordo prévio obtido através do apelo aos valores, à autoridade ou a um reenquadramento da situação, e a outra é formada pela opinião proposta. Mas, se no caso dos argumentos anteriores à base de dedução procura-se um acordo prévio construído passo a passo e de maneira coerente, aqui se supõe ou até se inventa um vínculo entre as duas zonas. Tais ocorrências ficam mais claras no exame dos editoriais que descrevo a seguir:

Com efeito, certos argumentos são válidos não por uma dedução, mas por uma ponte discursiva que une o real e o que é construído a partir de um ponto de vista. Esta correspondência é subterrânea e precisa ser reconhecida pelo auditório para que seja aceito o discurso, ou seja, para que ele cumpra sua função. Este reconhecimento só se mostra

viável se o acordo estabelecido com o auditório por meio da ação discursiva une de fato a realidade à tese que se pretende ver defendida.

No editorial do jornal *O Estado de São Paulo* publicado em 22 de abril, sob o título *O mal argentino*, o acordo com o auditório se vê comprometido seriamente porque não é respeitado este princípio de união entre a realidade e o ponto de vista. Enquanto a tese proposta no texto é a de que eleições em meio a escândalos não resolverão os problemas do país, que é em síntese, o ponto de vista da empresa jornalística, o fato é que a construção discursiva que descreve a realidade não faz nenhuma ponte com essa tese. Parágrafos se sucedem descrevendo currículos de candidatos e dando conta de uma outra tese, que se define como a de que nenhum dos candidatos nas eleições da Argentina reúne credenciais que inspiram confiança. O texto oscila entre pontos de vista distintos e realidades também distintas.

Ora, se não se fala de uma tese só, se não se estabelecem os acordos para que o auditório reconheça os argumentos em torno de um ponto de vista como pertinentes a uma dada realidade, para além do próprio ponto de vista, então temos um mero exercício de retórica. O que desejo frisar é que os editoriais devem esforçar-se por apresentar estratégias discursivas noutra direção, investindo em discursos que desfrutem de acordos com os auditórios e que, portanto, não sejam retóricos apenas, como no sentido clássico do termo.

Se a função do editorial é mesmo a de persuadir o leitor acerca do que acredita a empresa jornalística, então o editorial precisa esforçar-se em mostrar que o que ela, a

empresa, acredita é o mesmo, em tese, que a sociedade já aceita previamente. E a sociedade aceita previamente o que parece ter uma ponte entre o real e o ponto de vista.

Se, como no exemplo citado do editorial de *O Estado de São Paulo*, o objetivo é persuadir a respeito da tese de que as eleições argentinas encontram-se numa lei do valeduto mas que não são eleições permeadas por escândalos que devolverão a estabilidade ao país, então é preciso que se apresentem elementos da realidade que se unam a esse ponto de vista para fazer com que o leitor se veja persuadido a aderir a essa tese. Como não é o que o discurso do jornal *O Estado de São Paulo* faz, entendo que sua estratégia argumentativa é menos favorável no interesse de obter a adesão ao leitor. E, por lograr menos garantias dessa adesão, resulta o distanciamento entre o orador e o seu público.

No editorial de *O Estado de São Paulo* de 17 de abril, *Fidel 'defrauda as ilusões'*, outra vez se reconhece o exemplo da falta de evidências de um acordo estabelecido com o auditório. Enquanto o real aponta na direção de um governo ditatorial que prende e manda matar, duas teses distintas se arriscam no discurso: a primeira, de que não causa surpresa a ação de um ditador cubano porque coerente com o que se espera de uma ditadura, e a segunda, de que o presidente Lula não deveria ter permanecido em silêncio frente às evidências de desagravo aos direitos humanos em Cuba.

Volto a insistir que, se a tese do editorial é a de que o presidente Lula errou, o que é evidentemente um ponto de vista, o texto deveria assinalar um acordo com o auditório que favorecesse essa tese ser aceita, por meio de evidências do mundo real. O texto não faz esse esforço. As referências ao mundo real dão conta apenas da descrição de números de

pessoas perseguidas ou mortas, números estes dos quais se poderia duvidar. Como a evidência do real pouco sustenta qualquer dos argumentos relativos a ambas as teses, parece que seja justo julgar que a estratégia discursiva não cumpre nenhuma função maior.

A Folha de São Paulo parece mais disposta a concorrer para a formação dessa ponte entre o real e o ponto de vista, o que significa dizer, que o jornal se coloca mais próximo de uma adesão do leitor à tese que apresenta.

No começo do editorial *Mantra Fiscal*, publicado pela *Folha de São Paulo* em 13 de abril, temos a seguinte afirmação:

A publicação do texto "Política Econômica e Reformas Estruturais" pelo Ministério da Fazenda, semana passada, é mais uma evidência de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva muitas vezes pensa mais no Marketing em torno de políticas supostamente novas do que na efetiva formulação de propostas.

Observe-se que o texto reveste de realidade o que é, ao final, um ponto de vista. Apegando-se a evidências do mundo real, logra mais chances de obter a adesão do leitor, à medida que não há argumento que pareça reunir forças para concorrer com as evidências. A todo instante, na construção argumentativa do texto, a *Folha de São Paulo* faz referências concretas ao documento, apega-se aos fatos de maneira muito objetiva e deixa muito clara a distância entre o que são as opiniões, as teses dos economistas, os pontos de vista de críticos do governo e o que sejam os fatos.

Certamente que os acordos que se encontram marcados nos discursos de um editorial ou outro não se encontram perceptíveis ao leitor. Conforme preconizado pelos autores do *Tratado*, os acordos de fato não devem ser explicitados na argumentação, sob pena de destruir a analogia e seu poder de convicção. Ou, como escreve Breton (1996, p.131), “ao contrário do caso do argumento dedutivo, em que a transferência do acordo se faz ao longo de uma cadeia contínua, estamos aqui em um espaço descontínuo, em que a palavra se permite saltos que ela teria dificuldade de justificar explicitamente em outras circunstâncias”.

Considerando-se o jornalismo como atividade indissociável da prática de opinião, levando-se em conta que toda opinião pressupõe um discurso argumentativo que é dado por alguém que o enuncia e que se manifesta, de modo muito forte, nos editoriais de jornal, e ainda reconhecendo-se neles a finalidade persuasiva enquanto textos argumentativos, bem como seus estilos, consegue-se visualizar uma especificidade bastante distinta entre *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

Duas categorias servem de modo exemplar para evidenciar as distinções existentes entre uma estratégia argumentativa e outra, utilizada por esses jornais e que indicam a construção de um leitor idealizado. São elas a categoria da ordenação dos argumentos e a categoria dos acordos. Tanto os acordos quanto a ordenação são categorias que não esgotam as possibilidades de análise acerca da idealização do leitor, mas que cumprem papel demonstrativo na identificação dessa idealização por marcas presentes nos respectivos discursos. Essas marcas, identificadas no discurso dos editoriais, em suas especificidades de estilo, permitem dizer sobre a projeção que têm os veículos quanto aos

seus leitores na forma de uma definição de leitor ideal. Daí a falar-se em leitor ideal da *Folha de São Paulo* e em leitor ideal do jornal *O Estado de São Paulo*.

O que é presumidamente admitido pelo receptor e que se manifesta na formulação do discurso argumentativo, desde a enunciação de premissas, ordena o argumento e prepara o raciocínio com finalidade persuasiva. Ou, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.73), “o orador, utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais”.

Exemplo dessa proposição sobre o leitor está em frases como a que abre o editorial *Choque de Legalidade*, da *Folha de São Paulo* de 14 de abril, no qual se lê: “as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, precisam, urgentemente, de um plano de recuperação”. Julga-se o entendimento de uma audiência antes mesmo de expor as razões para tal entendimento. A estratégia denota uma construção de um leitor que presumidamente aceite a tese da forma como apresentada, do contrário, seria razoável crer que o discurso revelaria um empenho em construir antes o entendimento.

Retomo novamente o editorial intitulado *Mantra Fiscal*, na *Folha de São Paulo* de 13 de abril, como exemplo ainda mais evidente de um enunciado de proposição que considera uma tese aceita previamente pelo leitor. O texto apresenta como uma evidência para um fato algo que é juízo de valor, fazendo crer tal evidência ao leitor como proposição aceita para uma argumentação futura.

Os exemplos de proposição que apontam na direção de presumir o entendimento de auditórios são muito facilmente encontrados nos editoriais da *Folha de São Paulo*. As premissas enunciadas em grande parte dos editoriais concorrem para uma proposição que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.79) apontam como sendo o exemplo da crença que temos no caráter sensato da natureza humana.

Para exemplificar esta crença presente nos editoriais, cito os enunciados contendo juízos de valor como os que se encontram na *Folha de São Paulo* de 18 de abril, em especial no editorial sob o título *Usuário sem pena* e que diz: "é acertada a proposta do ministro da Saúde de modificar a legislação vigente para que usuários de drogas ilícitas deixem de ser considerados criminosos". Ora, julgar acertada uma medida como essa, antes de se ordenar as razões pelas quais se faria tal juízo, é pressupor juízos de valor. E só posso pressupor o juízo de leitores quando acredito conhecê-los. Daí resulta o entendimento de que a *Folha de São Paulo*, por antecipar mais freqüentemente o que julga ser o entendimento de seu auditório, dá sinais de construir de forma mais segura o seu leitor ideal.

Ainda a respeito desse editorial, pode-se dizer que a argumentação contida nele só encontra sentido quando particularizado o auditório, através da enunciação de outros "pontos de vista", como o ponto de vista sanitário, considerando ser improdutivo tratar o consumidor de drogas um caso de polícia, com o argumento usado de que, por se esconderem, os usuários deixam de procurar tratamento.

O aspecto de um acordo que evidencie o caráter sensato da natureza humana nesse exemplo não é assim tão evidente, mesmo porque acordos não são de modo algum evidentes. Mas poderia considerar que implicitamente esse discurso aponta na direção de outro juízo que é o de que, se postulo a adesão sincera do paciente a procedimentos terapêuticos como faz o texto, é porque acredito no caráter sensato da natureza humana⁷, assim como quando postulo a necessidade de políticas públicas educativas.

Ocupei-me, para efeito de análise nesse trabalho, de apenas um entre os tipos de objeto de acordo com auditórios de que tratam Perelman e Olbrechts-Tyteca, que é o tipo das presunções ligadas ao caráter sensato da natureza humana. Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam pelo menos quatro exemplos distintos de presunções, referindo-se ao emprego de enunciados que são impostos a auditórios ligados por convenções, a auditórios que demonstrem uma credulidade natural ou que, supostamente, consideram interessante todo e qualquer enunciado, ou ainda, auditórios que consideram o caráter sensato da natureza humana. Também levo em consideração o aspecto da ordenação dos argumentos que diz respeito ao fato de que o lugar modifica o significado de certos argumentos.

Embora tanto nos editoriais da *Folha de São Paulo* quanto nos editoriais de *O Estado de São Paulo* haja a presença de uma ou outra marca, enquanto tipos de objeto de acordo com auditórios ou enquanto estratégia argumentativa apoiada na ordenação dos argumentos, é na *Folha de São Paulo* que esses acordos se mostram mais explícitos, como a constituir mais facilmente a idéia de um leitor.

⁷ Entende-se por caráter sensato da natureza humana em Perelman e Olbrechts-Tyteca a propriedade que é universal, de se acreditar que o homem possui uma sensatez que lhe é própria enquanto natureza.

As premissas são enunciadas com maior incidência nos editoriais de *O Estado de São Paulo* pelo emprego de falas reproduzidas de pessoas, governos, organismos ou instituições. É Sartre quem fala em *Palavras de palanque* para preparar a argumentação em torno da crítica ao discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando de sua manifestação contrária ao poder Judiciário, em abril deste ano.

Outros dois editoriais, publicados em 13 de abril, são exemplares nesse sentido. O editorial *Os atrasos do Rodoanel* começa por uma afirmação do governador Geraldo Alckmin lamentando que entidades ambientalistas estejam emperrando mudanças necessárias ao desenvolvimento de São Paulo, e no texto *As desigualdades da Previdência* a presunção está novamente marcada no recurso de uma reprodução do dizer do presidente Lula, dizendo-se escandalizado com as aposentadorias “indescritíveis”.

Quando a presunção é de fato empregada em *O Estado de São Paulo* como recurso estratégico de argumentação que prepara o acordo com o auditório, ela aponta também para a existência de um auditório universal, que se reconhece no emprego de premissas válidas universalmente, como nos exemplos que descrevo a seguir.

Para reconhecer esses exemplos, basta tomar o editorial de *O Estado de São Paulo* de 14 de abril, *A coerência e o interesse do país*, no qual, logo no início, afirma-se que “governar é decidir entre valores, o que, muitas vezes, pode levar a incômodas situações(...)”. Ora nada mais universal que a tese de que governar tem a característica e a consequência postuladas nesse enunciado. Não seria mesmo plausível argumentar-se em contrário. Na verdade, em certo sentido, a argumentação desse editorial faz pouco sentido,

uma vez que não se deveria argumentar sobre o que é consensual. É preciso haver um fato, uma tese, algo em questão.

Ocorre que os editoriais de *O Estado de São Paulo* revelam significativa incidência de escolha de temas de certa forma, mais universalmente aceitos que a *Folha de São Paulo*. Para deixar claro o que quero dizer nesse sentido, tomo novamente o editorial *A coerência e o interesse do país*. O editorial postula teses que não parecem cumprir com nenhuma função persuasiva, sendo que não concorrem para uma mudança, uma adesão, por assim dizer, com fim persuasivo, como seria de se esperar. Com efeito, não reconheço que se faça necessário um esforço pela defesa de idéias sobre as quais exista uma aceitação universal, como a de que o governo deva ter maior controle quanto a promessas que faz ou que tenha que agir de modo a evidenciar que reflita com responsabilidade.

Por certo uma análise em maior profundidade acerca dos argumentos outros que se encontram implícitos nos textos revelaria teses menos aceitas universalmente, mas cuja presença menos enfática também lhe tira a importância central nessa discussão. Não afirmaria, evidentemente, que tais argumentos em torno de teses menos aceitas universalmente não existam nos textos, senão que se revelam com maior dificuldade ao leitor pelo emprego de estratégias argumentativas que tornam, ao meu ver, o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* como menos seguro quanto ao leitor ao qual se destina.

Compreendo que, sempre que as marcas de acordos como no caso da presunção, ficam menos evidentes nos discursos, o que temos, por extensão, são também textos menos

evidentes quanto à idealização de certos auditórios. A presunção adotada define um tipo de auditório que o orador constitui.

Um aspecto que desejo ressaltar é que sempre que o discurso dos editoriais assume o caráter descritivo, como faz *O Estado de São Paulo*, que apresenta teses como fossem fatos expondo-os através da reconstrução da notícia que motiva a tese, deixa de cumprir em parte com sua finalidade, que é a da ação persuasiva. Com efeito, como vimos, no capítulo inicial dessa dissertação, há uma diferença entre a opinião e a informação, por mais que a primeira pareça invariavelmente contida na segunda. Explico: o jornalismo de aspas, como o que se evidencia com grande frequência na imprensa brasileira, vem retirando uma ação fundamental da atividade que é a ação intelectual, da reflexão e da crítica acerca dos fatos. Quando um editorial, como é o caso da grande maioria dos textos que compõem a amostra colhida em *O Estado de São Paulo*, reproduz as afirmações e constrói a argumentação pelo viés do que disseram cidadãos ou entidades, organismos sociais ou governos, como fossem textos informativos, de um lado baliza suas teses, de outro, tira de si mesmo a propriedade autoral sobre elas, o que força a revisão do conceito de editorial no jornalismo brasileiro.

Entendo que, se os editoriais possuem a finalidade de trazer a opinião do veículo à sociedade eles deveriam assumir publicamente determinados pontos de vista como sendo seus e fazê-lo da forma mais clara possível. Ao se apropriarem das falas de quem parece possuir a propriedade de reunir argumentos por autoridade, os editoriais acabam confundindo os fatos (a ocorrência dessas falas como notícia) e as presunções comuns a toda argumentação. Se os fatos correspondem ao real (e não se duvida de que tais dizeres

tenham sido, de fato, enunciados por quem a imprensa diz terem sido), então o editorial deveria demonstrar empenho noutra direção, ligando justamente esse real ao ponto de vista que defende.

No editorial “*É preciso preservar a Embrapa*”, uma citação do presidente Lula encerra a argumentação dizendo que “nenhum governo pode se dar ao luxo de chegar ao fim do ano e não ter gasto o que está determinado no orçamento das instituições”. Evidentemente, alguns editoriais de *O Estado de São Paulo* são mais veementes na defesa de um ponto de vista que outros, como é o caso do editorial *Plano para áreas de risco*, publicado em 18 de abril, em que, apesar de toda argumentação em seu desenvolvimento estar balizada em levantamento do Instituto de Pesquisas tecnológicas, da Universidade Estadual Paulista, no último parágrafo o texto revela uma posição de um enunciador que não afala através de outras vozes.

Tais ocorrências, no entanto, são bem menos comuns que a apropriação da argumentação por vozes distintas da do orador; são sujeitos escolhidos por ele que falam, para dizer ao leitor o que a sociedade pensa ou o que eles mesmos, revestidos de sua autoridade, defendem.

Esse artifício argumentativo, a meu ver, contribui para o entendimento de que, de fato, *O Estado de São Paulo* esteja em busca de uma argumentação modulada no equilíbrio de idéias. Seguramente, é mais tranqüilo dizer-se o que se quer na voz de quem nos autoriza reproduzir a fala, entre aspas. Os editoriais de *O Estado de São Paulo*, nesse particular, nada mais fazem senão servir de vitrine nova ao que já é notório porque já anteriormente

divulgado pela mídia, fazendo do editorial um discurso que versa sobre o passado e, com frequência, sobre o que nem seria objeto de discussão.

O uso de aspas nos editoriais da *Folha de São Paulo* reproduz apenas uma palavra, ou duas, mais no sentido do emprego de expressões semanticamente assinaladas como se verifica nos editoriais de 24 de abril. Salvo nessas condições, não foi encontrado um só exemplo de citação nos editoriais da *Folha de São Paulo*, ao contrário de *O Estado de São Paulo*.

Concluo que há marcas mais evidentes na *Folha de São Paulo* que no jornal *O Estado de São Paulo* quanto ao leitor constituído no discurso dos editoriais. Enquanto o primeiro traz uma preocupação com a apresentação imediata da tese que pretende ver defendida, o que revela uma segurança maior com a aceitação da tese por parte do leitor, o segundo apresenta uma discursividade cuja tese encontra-se menos objetivamente apresentada.

Reconheço nos editoriais de *O Estado de São Paulo* que a apresentação menos flagrada da tese é uma estratégia discursiva com a finalidade de atingir um auditório menos particular que no caso da *Folha de São Paulo*. Entendo que somente a pretensão por auditórios universais justifica a discursividade encontrada no jornal *O Estado de São Paulo*.

O jornalismo precisa reconhecer em seu campo e suas práticas a necessidade de construção de auditórios o mais particulares possíveis, no sentido de lograr a adesão a teses que apresentam-se, no cotidiano, aos leitores. Entendo que quanto mais pretensamente

dirigidas a um auditório universal, tanto mais as estratégias discursivas estarão mais próximas do mero exercício retórico na concepção clássica do termo, e portanto, tanto mais distantes de sua finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões sobre argumentação estão latentes em todas as múltiplas possibilidades de investigação que se abrem no campo do Jornalismo a partir da retomada dos estudos de retórica e não se esgotam em nenhuma análise já feita. As conclusões a que chego, neste trabalho, evidentemente não encerram de forma conclusiva as questões que cercam os vastos campos da argumentação e do Jornalismo.

Na perspectiva da Nova Retórica trazida por Perelman e Olbrechts-Tyteca, em seu *Tratado da Argumentação*, identifiquei pelo menos duas importantes ocorrências enquanto estratégias argumentativas em editoriais jornalísticos: a ordenação e os acordos com o auditório. Busquei mostrar que o estilo jornalístico da *Folha de São Paulo* é mais claramente demarcado por uma estratégia de apresentação imediata da tese no discurso opinativo do editorial que o estilo do jornal *O Estado de São Paulo*. Cheguei ao entendimento de que, em função disso, a *Folha de São Paulo* evidencia uma construção mais precisa de leitor ideal porque mais próxima de auditórios muito particulares do que faz o jornal *O Estado de São Paulo*. Tentei evidenciar que o jornal *O Estado de São Paulo* constrói um auditório universal com mais frequência que auditórios particulares à medida que não parece querer atacar quem quer que seja e parece visar, o mais das vezes, um equilíbrio de teses e a escolha de teses universalmente aceitas como estratégia, suponho, para não ferir o leitor.

Evidencio que *O Estado de São Paulo* se mostra mais distante do leitor também porque tem mais cuidado na apresentação demorada de uma tese, se comparada à estratégia usada pela *Folha de São Paulo*, e costuma exercer a opinião através das falas de outras vozes, que não a da empresa jornalística, como seria de se esperar. Mostro que essas estratégias, cada uma a seu modo, são parte de um todo argumentativo que contribui para o entendimento de que existam de fato acordos como condições necessárias a uma argumentação.

Considero, a partir da análise dos editoriais da *Folha de São Paulo* e d'*O Estado de São Paulo*, que a *Folha* parte com mais frequência do recurso de unir o real e a opinião, ou o ponto de vista. Tomando essa como uma marca da existência de um acordo com o auditório, que parece de antemão aceitar como plausível uma tese proposta em toda clareza desde o começo do discurso, julgo que *O Estado de São Paulo* apresenta editoriais em que as teses são variadas e a ponte entre o real e o ponto de vista é pouco evidente. Tal fato concorre para o juízo de que os editoriais de *O Estado de São Paulo* funcionem, em boa parte, como exercício de retórica, no sentido pejorativo do termo clássico, porque não exerceriam de fato uma persuasão como faz a *Folha de São Paulo*.

Penso que, se a função do editorial é mesmo persuasiva, ao não exercer a persuasão o discurso jornalístico é menos favorável como estratégia para obter a adesão do leitor. Embora considere que acordos não sejam assim tão evidentes, tomo as presunções enquanto uma das principais marcas da existência de acordos com o auditório e, com base na teoria do *Tratado*, identifico as marcas da presunção dos editoriais da *Folha de São*

Paulo e de *O Estado de São Paulo*, reconhecendo neste último, novamente, um caráter mais universal. *O Estado de São Paulo* argumenta, na maioria das vezes, sobre o que é praticamente consensual, e toma como presunção argumentos que julgo não pertinentes ao exercício argumentativo, tornando distante a relação entre o leitor e o jornal.

O editorial da Folha de São Paulo permite, pelas razões apontadas, visualizar um leitor idealizado com maior definição que o editorial de *O Estado de São Paulo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. Discurso e História: colonização e heróis nacionais. *Cruzeiro Semiótico*, 16. Porto, 1992. In: FARACO, Carlos Alberto (org). *Diálogos com Bakhtin*. 2.ed. Curitiba: UFPR, 1999. p.26
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto (org.) *Diálogos com Bakhtin*. 2.ed. Curitiba: UFPR, 1999
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ufrgs, 1998
- BRANDÃO, Teresinha. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (org.) *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. São Paulo, Edusc, 1999
- CASASUS, Josep Maria e LADEVÉZE, Luis Núñez. *Estilo y géneros periodísticos*. Barcelona, Editora Ariel, 1991
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'Áquém e D'Além Mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. *Santarém: Jortejo*, 1998
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. 4.ed, São Paulo, Summus, 1986.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem; os casos Corona e Cazusa no discurso de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991
- FARACO, Carlos Alberto *et al.* (Org.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1999.
- GARGUREVICH, Juan. *Géneros periodísticos*. Havana: Editorial Pablo de la torriente, 1989
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*, 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- LEÑERO, Vicente e MARÍN, Carlos. *Manual de periodismo*. México: Editorial Grijalbo, 1986

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: 10º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2001, Brasília. *Anais*. Brasília, Compós, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico- A revolução de 30. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Disponível em: <[http:// www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) > Acesso em 18 de jul. 2002.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985

MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FTD, 1992

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1997

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

RAIGADA, José Luis Piñuel & MOYA, Juan Antonio Gaitán. *Metodología general. Conocimiento científico e investigación en la comunicación social*. Madrid: Editorial Síntesis, 2000.

REBOUL. Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

ROSA, Rosane. *A natureza e os limites dos discursos jornalísticos*. XXV Congresso INTERCOM: Salvador, 2002

VARGAS, Natividad Abril. *Periodismo de opinión*. Madrid: Editorial Síntesis, 1999

ANEXOS

Folha 24/04/03

SIGILO ETERNO

Na última semana de seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou um decreto que permite em princípio que documentos de órgãos públicos permaneçam eternamente sob sigilo. Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de apelos em contrário, manteve o decreto de FHC, que é considerado ilegal por vários e renomados juristas.

Como mostrou reportagem de Mário Magalhães publicada por esta Folha no domingo passado, o decreto 4.553, editado no apagar das luzes da gestão de FHC, que regulamenta a Lei de Arquivos (número 8.159/91), acaba por criar a figura do "sigilo eterno". É que o decreto amplia os prazos de segredo de todas as categorias de documentos públicos e ainda permite, no caso de papéis considerados ultra-secretos, a renovação do sigilo por prazo indefinido, "de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado".

Essa disposição do decreto contraria a Lei de Arquivos, que prevê que determinados documentos possam ser mantidos sob sigilo por no máximo 30 anos, prorrogáveis (uma só vez) por mais 30.

Um decreto, como sabe qualquer aluno de primeiro ano de Direito, não pode alterar uma lei.

É até natural que a chamada comunidade de informações procure ampliar ao máximo os prazos de sigilo dos documentos que produz. O que é particularmente chocante é que FHC e Lula, que têm, ambos, um histórico de defesa da democracia, tenham cedido à pressão da "comunidade" e acatado um decreto tão acintosamente contrário aos princípios republicanos e democráticos.

É quase uma obviedade afirmá-lo, mas documentos públicos não podem ser mantidos escondidos do público senão em casos excepcionalíssimos e, ainda assim, por prazo determinado. Não se pode privar o país de avaliar e escrever sua história. Para o presidente Lula, ainda há tempo de revogar o decreto.

Folha 24/04/03

CRÍTICAS GRATUITAS

Excedeu-se na retórica o presidente da República ao afirmar que existe uma "caixa-preta" no Judiciário brasileiro. A crítica, recheada de generalidades, não diz exatamente a que veio. Cria um mal-estar gratuito entre Poderes e não contribui em nada para o avanço das instituições do país.

Pelas palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fica parecendo que o espírito de corpo dos juízes e a sua rejeição a controles externos são responsáveis por uma gama de males que vão da corrupção à "opção" de penalizar os pobres, ainda que inocentes, e isentar de pena os ricos, ainda que culpados.

Trata-se de um raciocínio, para dizer o menos, incompleto. Sem dúvida corrupção é um mal que vem ganhando terreno também entre juízes. Investigações recentes -como algumas realizadas pela Polícia Federal e pela CPI do Narcotráfico na Câmara dos Deputados- provam que corromper-se está longe de ser um procedimento restrito a magistrados. São abundantes casos de integrantes do Legislativo e do Executivo, dos mais baixos aos mais altos escalões da administração pública, acusados de improbidade.

Constatar que esses problemas existem, porém, não autoriza concluir que o Judiciário, o Executivo e o Legislativo sejam instituições viciadas. O mau comportamento de alguns não pode

dar ensejo à desmoralização das instituições que essas pessoas integram.

Ademais, o que o governo petista propõe para abrir o que o presidente qualificou de "caixa-preta" do Judiciário? A resposta, o chamado controle externo desse Poder, é genérica demais. Que tipo de controle Lula pretende implantar? Com que composição, com que atribuições, com que limitações? O controle se resumirá ao Judiciário ou também vai ser exercido sobre o Ministério Público e a corporação dos advogados?

Até hoje o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não colocou em pauta nenhuma proposta a esse respeito que seja minimamente detalhada.

Folha 24/04/03

JUROS ELEVADÍSSIMOS

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a taxa básica de juros em 26,5% ao ano e retirar o viés de alta -instrumento que permite uma elevação da taxa entre as reuniões. A decisão era esperada pelo mercado financeiro. Parece que o Copom, mais uma vez, pecou por excesso de conservadorismo. Com isso, perdeu uma oportunidade de sinalizar uma redução progressiva nas altas taxas de juros prevalecentes na economia. De acordo com o próprio BC, a taxa de juro média paga por consumidores e produtores atingiu 56,5% ao ano em fevereiro.

Nos últimos 30 dias, os mercados financeiros exibiram melhoras substantivas: a taxa de câmbio, um dos principais mecanismos de pressão sobre os preços internos, recuou 12%; o índice de risco-país medido pelo JP Morgan cedeu 18%; e a Bovespa subiu cerca de 11%. Além disso, a projeção média do mercado para a alta do IPCA nos próximos 12 meses (ou seja, até abril de 2004) recuou para 9%. Há, portanto, sinais inequívocos de que a taxa de inflação está convergindo para a meta inflacionária. A perspectiva de uma taxa de inflação de um dígito em 2004 reduz em muito o risco de reindexação dos preços domésticos.

Entretanto as expectativas ainda sinalizam uma alta do IPCA superior à meta ajustada de 8,5% em 2003. Essas expectativas devem ter contribuído para a decisão do Copom, mas impõem elevados custos para o setor produtivo e para a gestão da dívida pública interna.

A oportunidade perdida pelo Banco Central de reduzir a taxa de juro e, portanto, de aliviar a restrição de crédito aos consumidores e produtores não deveria imobilizar o governo. Restam outras decisões -como uma queda nos depósitos compulsórios- que poderiam ser tomadas antes da próxima reunião do Copom. Um alívio na atual escassez de crédito bancário seria fundamental para retomar a produção e o crescimento econômico e, assim, diminuir as elevadas taxas de desemprego predominantes.

Folha 21/04/03

DEMOCRACIAS ÁRABES

George W. Bush e a máquina de propaganda norte-americana vêm tentando justificar a aventura bélica no Iraque como uma "guerra de libertação". Mas é risível a idéia de que as tropas norte-americanas tenham deposto Saddam Hussein para levar a democracia aos iraquianos.

Para começar, como bem notou o pesquisador indiano radicado nos EUA Muqtedar Khan, em entrevista à Folha, Washington não está falando em organizar eleições livres no Iraque. O conceito que deverá prevalecer é o de "governo representativo de todos os povos". As forças de ocupação deverão escolher indivíduos, alguns curdos, alguns sunitas, alguns xiitas, como ocorreu no Afeganistão.

Um nome que os EUA já deixaram claro que querem ver no futuro governo iraquiano é o de Ahmed Chalabi, com o qual figuras proeminentes da cúpula do governo de George W. Bush mantêm negócios.

De resto, os EUA temem demais o que Khan chama de pan-islamismo religioso para se dar ao luxo de promover eleições livres de verdade no mundo muçulmano. Uma das principais bandeiras desses novos grupos religiosos que teriam grandes chances de chegar ao poder pelo voto é justamente o antiamericanismo.

Resta saber se é possível -e, em caso afirmativo, se vale a pena- refrear esse movimento. A Argélia já enfrentou esse dilema. Nas eleições de 1992, o partido religioso FIS (Frente Islâmica de Salvação) estava prestes a vencer as eleições, o que levou o governo a cancelar o pleito, num gesto que foi aplaudido por vários países ocidentais.

O golpe, contudo, deu lugar a uma sangrenta guerra civil, que já produziu 100 mil mortos.

Analistas apostam que, se a FIS tivesse assumido o poder, teria naturalmente moderado suas posições, num processo semelhante ao que ocorre hoje no Irã.

O Ocidente precisa decidir se considera mesmo a democracia um valor universal ou se só vai defendê-la enquanto isso estiver de acordo com os seus interesses geopolíticos.

Folha, 18/04/03

USUÁRIO SEM PENA

É acertada a proposta do Ministério da Saúde de modificar a legislação vigente para que usuários de drogas ilícitas deixem de ser considerados criminosos.

Do ponto de vista sanitário, é contraproducente tratar o consumidor como um caso de polícia. O fato de as drogas serem proibidas faz com que os dependentes procurem se ocultar, deixando, por exemplo, de procurar tratamento. A ilegalidade também dificulta a implementação de políticas públicas de redução de danos, como a troca de seringas para evitar a contaminação por doenças como Aids e hepatites.

É importante que as observações do Ministério da Saúde sejam levadas em conta na elaboração da próxima versão da Pnad (Política Nacional Antidrogas). Em sua edição atual, elaborada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Pnad opera com conceitos bastante controversos, como a idéia de que a repressão é capaz de evitar a utilização de entorpecentes ou a noção de "Justiça terapêutica", que os norte-americanos querem impor ao mundo.

Não faz sentido a idéia de condenar o usuário de drogas a se submeter a tratamento para dependência química. Assim como nem todo mundo que toma um copo de vinho é alcoólatra, nem todo consumidor de maconha ou cocaína é dependente.

Ademais, sabe-se que o pré-requisito básico para o sucesso de terapias contra a dependência é a adesão sincera do paciente. Sem que esteja disposto a abandonar o vício, submetê-lo a tratamento significa desperdiçar energias e jogar recursos fora.

A tese, por muitos repetida, de que a descriminação leva à legalização não necessariamente procede. É até possível que, num futuro longínquo, a sociedade brasileira opte pela legalização plena das drogas, mas isso ocorrerá se e quando o Congresso Nacional decidir.

Folha 17/04/03

TIMIDEZ CONSTRANGEDORA

É constrangedora a timidez com que o governo Lula vem lidando com as abomináveis perseguições e execuções de dissidentes perpetradas pelo ditador cubano, Fidel Castro. Como ocorre no papel dúbio da diplomacia brasileira em relação às Farc -a narcoguerrilha marxista colombiana-, fraquejar nesse tema deixa a impressão de que a nostalgia da esquerda revolucionária, guerrilheira e autoritária ainda não foi expurgada do PT.

O Brasil não pode hesitar em opor-se aos atos odiosos de um regime tirânico como o que prevalece em Cuba. Apenas o mais canhestro dos raciocínios levaria à conclusão de que, condenando publicamente mais uma atroz demonstração de força de Fidel Castro e endossando moções internacionais de repúdio a esses atos criminosos, Brasília estaria se alinhando automaticamente a Washington e à sua indefensável política externa para a ilha caribenha. Há que condenar o embargo econômico promovido pelos Estados Unidos contra a ilha, que submete a população cubana a privações intoleráveis. Há que condenar a pretensão dos americanos, napoleônica, de retaliar nações que mantenham negócios com Cuba. Mas há que condenar, igualmente, o caráter ditatorial do castrismo e cada uma das atitudes dele derivadas, como a perseguição e o assassinato de dissidentes.

O PT, que na esteira dos grandes partidos europeus de origem operária optou pela via democrática e que advoga para o Brasil um papel de liderança regional, deveria ser o primeiro interessado em que a democracia e o respeito aos direitos humanos se tornassem valores permanentes em toda a América Latina.

Laços de amizade ou de reverência pessoal que uma ou outra liderança do governo Lula tenham com Fidel Castro e acólitos não justificam a tergiversação diante de barbaridades cometidas pelo regime cubano. É preciso depurar de sentimentalidades a linha de política externa que o Estado brasileiro deve adotar.

Folha 14/04/03

CHOQUE DE LEGALIDADE

As duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, precisam, urgentemente, de um plano de recuperação. Em ambas as metrópoles, a desagregação do tecido social, nutrida por décadas de estagnação econômica, de desídia pelas políticas públicas de urbanização e de desarticulação do poder de Estado, dá ensejo a uma escalada de afronta e desrespeito à ordem pública. As autoridades não podem assistir passivamente a esse descalabro.

"Protesto" de motoristas, cobradores e empresários de ônibus na cidade de São Paulo agora é desculpa para depredar, às dezenas, veículos de transporte coletivo. "Protesto" de coletores de lixo, também em São Paulo, agora é pretexto para o despejo de toneladas de lixo nas ruas, parte dele em frente a um prédio da prefeitura. No Rio, a morte de líderes do tráfico de drogas impõe toque de recolher ao comércio, que obedece, pois a promessa do bandido de retaliar os desobedientes tem mais "credibilidade" que a do policial que promete garantir a segurança.

Também no Rio, bandidos continuam a se valer de estratégias terroristas para espalhar o medo e transmitir "recados" às autoridades.

São sintomas diferentes de uma mesma moléstia. Esses atos, cada vez mais frequentes, indicam o estágio de crise aguda por que passa o contrato social (as regras básicas para o convívio numa sociedade) nessas grandes cidades. E essa crise manifesta sua forma mais perigosa quando se difunde a idéia de que o Estado e suas instituições podem ser publicamente afrontados.

São Paulo e Rio de Janeiro precisam de um choque, profundo, de legalidade. Isso, evidentemente, não se resume à esfera policial (que, junto com o aparato judicial, precisa garantir a punição rápida e exemplar dos perpetradores dessas afrontas). Passa por ações tão amplas como legalizar a posse de habitações; urbanizar as periferias e os bairros pobres; levar infra-estrutura de educação, saúde e lazer a esses locais; atacar todas as atividades que eufemisticamente se chama de "informais". É preciso mobilizar urgentemente recursos materiais -públicos e privados- e humanos para essa tarefa.

Folha 13/04/03

MANTRA FISCAL

A publicação do texto "Política Econômica e Reformas Estruturais" pelo Ministério da Fazenda, semana passada, é mais uma evidência de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva muitas vezes pensa mais no marketing em torno de políticas supostamente novas do que na efetiva formulação de propostas.

Assim como já ocorreu com o Fome Zero e no debate sobre as reformas (especialmente a tributária e a previdenciária), há nos pronunciamentos oficiais mais fogo que luz.

O documento da Fazenda é a reafirmação detalhada das orientações de curto prazo que, desde a posse, o governo Lula copia do governo FHC.

Mas, se até agora a suposta "transição" tinha como justificativa retórica a "pesada herança" do governo anterior, a equipe do ministro Palocci agora pretende acabar com a polêmica. Fixa, num horizonte de dois mandatos presidenciais, a adesão lulista ao figurino da ortodoxia, tão ao gosto do Fundo Monetário Internacional e das instituições financeiras.

O texto não diz a que vem, nada traz de novo, mas supostamente pretende induzir nos mercados a crença de que nada mudará na política econômica até onde a vista alcança.

Diante de manifestações crescentes de críticas, o documento é uma demonstração praticamente irrefutável de que o governo Lula dirige o país guiando-se pelo espelho retrovisor.

Para os economistas críticos, que ainda ocupam o espaço outrora frequentado por alguns que agora se encontram no governo, não basta fazer o ajuste fiscal para superar os entraves ao desenvolvimento.

Mais ainda: esses críticos insistem na tese de que o problema da economia brasileira não é de humor dos mercados. O aspecto crucial é reduzir objetivamente a dependência de capitais externos e inserir competitivamente a economia brasileira nos mercados mundiais.

O documento da Fazenda trata esses temas de modo marginal e sobretudo do ponto de vista microeconômico, nem sequer admitindo a necessidade de um planejamento estratégico, de um modelo de desenvolvimento. Quanto aos ministérios que supostamente teriam algo a dizer nessa área, a começar pelo Planejamento, o silêncio é constrangedor.

Para os críticos mais conservadores, no entanto, é evidente que a atual bonança do risco Brasil entre os investidores é fenômeno de curto prazo, calcado na manutenção de juros altos e num garrote fiscal que destrói a competitividade do país.

Alguns já acusam o governo petista de romper contratos, pois percebem que os ministérios

setoriais mantiveram ou buscam recuperar prerrogativas regulatórias, por exemplo na definição de tarifas, corrompendo na prática a política econômica aparentemente consistente na retórica do Ministério da Fazenda.

Os místicos hindus recorrem frequentemente a "mantras", oração que em sânscrito significa "instrumento para conduzir o pensamento". Acreditam que o uso de fórmulas encantatórias tem o poder de materializar a divindade invocada.

No governo de Lula, como de resto já ocorria na administração de FHC, essa divindade é a confiança dos "mercados", e o mantra do ajuste fiscal é repetido à exaustão, sem convencer aqueles que observam a realidade com os olhos da razão.

O Estado de São Paulo 25/04/03

A CRÍTICA UNÂNIME AO BNDES

Já antes de assumir a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o professor Carlos Lessa deixou claro que as políticas e estratégias do banco seriam inspiradas por uma visão de mundo que na década de 1950 já era velha. Anunciou que o BNDES voltaria a ser um "hospital": "Grandes empresas que estão vivendo grandes dificuldades, principalmente pela má gestão, não podem desaparecer. Se elas desaparecerem, criam danos extensivos em toda a sociedade. Então, o que fazer? Hospitalizar a empresa e dispensar o empresário."

E quando aumentou o receio de que o discípulo e afilhado da economista Maria Conceição Tavares - aquela que chorou publicamente, emocionada com o Plano Cruzado - imprimisse um tom estatizante e cepalino à atuação do BNDES, Carlos Lessa lançou o desafio: "As pessoas que tiverem medo de mim vão ter dois problemas: ter medo e deixar de ter."

Os ministros Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, e Antônio Palocci, da Fazenda, já tiveram muito trabalho, desautorizando as declarações desastradas do presidente do BNDES. Mas isso não neutraliza os efeitos perniciosos das idéias expostas pelo professor Carlos Lessa, até porque, sob sua direção, o BNDES não tem uma política clara de fomento das atividades econômicas.

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisava de evidências sólidas sobre os prejuízos que o atual presidente do BNDES está causando a seu governo - mas, principalmente, à economia do País -, agora já as tem.

A Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte, entrevistou os presidentes de 41 grandes empresas de vários Estados e de diferentes setores, que, de maneira geral, aprovaram a condução da política econômica do governo. Para 54% dos entrevistados, a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi boa, nos primeiros 80 dias de governo; regular para 39%; ruim para 4%; e ótima para 2%. 67% dos empresários consideraram o governo Lula muito melhor ou melhor do que esperavam. 75% dos entrevistados acham que o governo está fazendo o que é preciso para controlar a inflação e 68% consideram correta a política de comércio exterior.

Já as declarações contraditórias dentro do próprio governo a respeito das políticas de controle de serviços públicos privatizados e as críticas feitas pelo presidente da República às agências

reguladoras levaram 63% dos entrevistados a considerar que o governo está no caminho errado, na questão das tarifas administradas. Da mesma forma, as dificuldades que o governo encontrou para deslanchar o Fome Zero foram o fator determinante para que 56% dos empresários considerassem que o governo enveredou pelo caminho errado, na implementação de seu principal programa social.

Quanto ao BNDES, praticamente houve unanimidade: 95% dos entrevistados estão insatisfeitos com a falta de rumo do banco e 5% não opinaram. O coordenador da pesquisa, professor Alvaro Cirino, explicou que "os empresários vêem com maus olhos o fato de não estar claro como será a atuação do BNDES, que papel o banco terá na reestruturação econômica do País" e advertiu que o temor de ver o banco funcionando como um hospital deixou o empresariado em estado de alerta.

Não se trata, portanto, de ter medo e deixar de ter medo, como se gabou o professor Carlos Lessa. O que há é um banco de fomento, maior do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e quase tão grande quanto o Banco Mundial - e, principalmente, a única fonte de financiamentos de longo prazo à disposição dos empresários, no País -, funcionando em descompasso com a equipe econômica e com as políticas aprovadas pelo presidente da República.

O presidente do BNDES já se disse preocupado com a logística de aves e ovos que precisam ser transportados para atender o Fome Zero. Durante o primeiro mês de sua gestão, o BNDES só aprovou um financiamento novo. A aprovação do orçamento do banco atrasou.

Não é sem razão, portanto, que empresários que se mostram otimistas com o encaminhamento que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está dando à política econômica também manifestem a sua insatisfação com os rumos do BNDES.

O Estado de São Paulo 24/04/03

BRASIL E EUA EM BUSCA DE ENTENDIMENTO

A visita do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, é parte do esforço de aproximação em que os dois governos estão empenhados. A co-presidência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é um excelente motivo - mas não o único - para a busca de entendimento e de oportunidades de cooperação. Snow desembarcou no País poucos dias depois de se encontrar em Washington com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. No fim de maio deverá chegar a Brasília o representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick. Na semana passada esteve no País o secretário de Estado adjunto para Não-Proliferação, John Wolf. Ontem mesmo o ministro brasileiro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visitou na capital americana sua colega Ann Veneman, para discutir exportações de carne fresca para os Estados Unidos. Outras visitas estão programadas e esse intenso trânsito de autoridades, nas duas mãos, é no mínimo promissor.

O Brasil é o maior parceiro comercial dos Estados Unidos na América do Sul.

Os Estados Unidos são o maior mercado para produtos brasileiros. Além disso, a negociação da Alca está nitidamente polarizada entre a maior economia do hemisfério - e do mundo - e o

Mercosul. Precisamente pelo peso das economias americana e brasileira, os dois países foram escalados para presidir a etapa final da construção da Alca, programada para terminar no começo de 2005.

Essa negociação, no entanto, pouco progrediu até agora. Os motivos são os mesmos, essencialmente, que vêm dificultando a rodada global de liberalização comercial, lançada em 2001, em Doha, na última assembleia geral de ministros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A conclusão das duas negociações foi fixada, em princípio, para 1.º de janeiro de 2005. Segundo especialistas de vários países, é pouco provável, neste momento, que esse limite seja respeitado. Nos dois casos, o impasse em torno das questões agrícolas é um dos principais obstáculos. Pior que isso:

o impasse na OMC cria um problema gravíssimo para o desenvolvimento dos trabalhos na Alca. Os americanos haviam deixado claro, até agora, que só discutiriam a liberalização do comércio agrícola na rodada global.

Brasileiros e outros latino-americanos sempre se opuseram a essa limitação, mas, de toda forma, o que ocorresse em Genebra serviria como referência para a negociação hemisférica. Com o processo paralisado em Genebra, a discussão da agricultura na Alca se torna mais necessária.

O governo brasileiro já havia transmitido esse recado para o americano.

Parte da missão de Snow, em Brasília, consistiu em mostrar que a mensagem foi recebida e assimilada. Zoellick lhe pediu, segundo o secretário do Tesouro, que comunicasse aos brasileiros a disposição americana de negociar todas as questões de interesse comercial, para levar adiante a formação da Alca. Tudo poderá ser discutido, afirmou o secretário, "da sopa ao amendoim".

O recado é animador, mas ontem mesmo a secretária da Agricultura, Ann Veneman, reafirmou a Roberto Rodrigues que só haverá concessões na área agrícola depois de concluída a rodada global. O protecionismo agrícola, os subsídios à exportação e também as subvenções internas, que podem causar distorções comerciais, afetam severamente os interesses do Brasil e de seus parceiros do Mercosul. Além disso, o governo brasileiro vem procurando forçar a discussão de outro tema delicado para os americanos, o uso de ações antidumping e de outras medidas de proteção comercial. O Brasil tem defendido a imposição de maior disciplina ao emprego desses meios de defesa.

Todas essas questões são politicamente difíceis para o governo americano e os brasileiros sabem disso. Mas não podem aceitar que a Alca seja constituída estritamente de acordo com regras ditadas pelos grupos de pressão mais influentes em Washington. Por isso mesmo o governo brasileiro se opõe a que a Alca seja concebida como extensão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Várias autoridades de Brasília têm afirmado, no País e no exterior, que a formação da Alca interessa aos brasileiros, mas não de forma incondicional.

O diálogo entre os dois governos deve servir para o entendimento desse ponto e para a descoberta de formas mutuamente benéficas de cooperação.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre disse certa vez que os romances não se escrevem com idéias, mas com palavras. Da política se pode dizer algo parecido: nela, a expressão de uma idéia, uma proposta, uma visão das coisas, é tão ou às vezes mais decisiva para o seu destino do que as virtudes ou deméritos que eventualmente contenha. Sendo a palavra o instrumento por excelência da política, é impossível subestimar a responsabilidade que o seu manejo requer - tanto maior quanto mais importante o papel desempenhado pelo protagonista político. É como se existisse, embutida no sistema democrático, uma intrincada coleção de normas não escritas sobre o que pode ou não ser dito, por quem, em quais circunstâncias e com que objetivos. Nesse sentido, o vereador de um humilde município sertanejo é mais livre para externar o seu pensamento do que o presidente da República. E do preparo para o exercício do governo nacional faz parte o domínio da arte de falar - ou de calar.

O presidente Lula devia saber, por isso, que a sua condição de chefe do Poder Executivo Federal faz dele o único brasileiro proibido de criticar o Legislativo ou, como acaba de fazer, desastrosamente ainda por cima, o Judiciário. Isso está longe de ser uma restrição formal ou apenas um tributo à civilidade entre os homens de Estado. Um dos fundamentos da democracia no Brasil, consagrada na Constituição, é a independência e a harmonia dos Poderes republicanos. Como em todas democracias, aliás. O fato de às vezes eles não serem nem independentes nem harmônicos não autoriza desconsiderar esse princípio central da ordem política. O mesmo se aplica às deficiências das instituições e daqueles que as integram. Os graves problemas do Judiciário, sobre os quais o presidente se manifestou anteontem, são mais do que notórios: a Justiça brasileira funciona mal, é lenta, custa caro e, nessa medida, pode antes beneficiar o réu do que a vítima. Como todos os organismos que tornam possível a vida em sociedade, tem também a sua cota de incompetentes e venais.

Daí ser perfeitamente legítimo que a questão do controle administrativo externo do Judiciário ocupe lugar de destaque na agenda nacional e que governantes, parlamentares e os chamados operadores do Direito (juízes, advogados, membros do Ministério Público) debatam o assunto com a preocupação de conduzir ao preparo de legislação adequada para tornar a Justiça brasileira, em suma, mais justa e mais eficiente. Mas há um abismo entre isso e o presidente da República dizer publicamente que o controle externo é necessário para se "saber como funciona a caixa-preta desse Poder que se considera intocável". Ao falar em "caixa-preta", por sinal, deu a entender que não tem idéia dos problemas a resolver no Judiciário. Pior ainda, ao endossar a percepção costumeira de que a Justiça favorece os ricos, o presidente citou ninguém menos do que o cangaceiro Lampião ("neste país, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia"). Era o Lula de volta aos palanques eleitorais, onde, segundo ele mesmo, o que se faz é "bravata".

Tendo se esquecido do que se tornou, o presidente falou o que não podia e ouviu o que não lhe ocorreu que ouviria. "As palavras do chefe do Poder Executivo atingem o Judiciário como um todo, desservindo à sociedade brasileira", reagiu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello - que, aliás, costuma ignorar o princípio de que os juízes só devem se manifestar nos autos, opinando sobre matérias polêmicas que poderão desembocar na sua Corte. As impropriedades de Lula abriram caminho a outras.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Francisco Fausto, disse que caixa-preta "também pode haver no Legislativo ou no Executivo, tudo dissimulado". Porém, nessas instituições, graças à imprensa, à opinião pública - e ao voto - segredos são devassados e transgressores punidos. Ou seja, para esses poderes funciona um "controle externo" cada vez mais eficiente. Que o digam o ex-presidente Collor e os 23 parlamentares cassados desde 1984, assim como o senador Antonio Carlos Magalhães - de novo ameaçado de perder o mandato.

O presidente pode não querer ser "um prisioneiro do Palácio" e multiplicar as ocasiões para falar à sociedade. Mas não é porque está longe de seu gabinete que pode dizer tudo o que pensa - e com palavras de palanque -, tenha ou não razão.

O Estado de São Paulo 23/04/03

A TRAGÉDIA DA IRRESPONSABILIDADE PÚBLICA

Periodicamente, a população brasileira é traumatizada por tragédias diferentes, mas que têm como ponto em comum a tragédia matriz da irresponsabilidade pública - vale dizer, o descaso de organismos do Estado, destinados a autorizar e fiscalizar atividades, em benefício da segurança e da vida das pessoas. E aqui estamos falando só de negligência, sem incluir a chaga crônica da corrupção, que faz agentes da fiscalização fecharem os olhos a irregularidades - como as construções em encostas, que levam aos desmoronamentos - embora, o mais das vezes, tais disfunções estejam interligadas.

As ocorrências do gênero são constantes. Só neste fim de semana prolongado houve dois ilustrativos exemplos, um em Cabo Frio, no litoral fluminense, e outro na cidade de São Paulo. O primeiro se tornou tragédia real, com perda de preciosas vidas humanas, enquanto o segundo só não teve conseqüências trágicas por uma enorme sorte - para não dizer milagre.

Em Cabo Frio uma escuna naufragou no sábado, deixando pelo menos 12 mortos - 11 mulheres e 1 menina de 5 anos - e 3 homens desaparecidos. A embarcação, vistoriada e aprovada, em dezembro, pela Capitania dos Portos, fora reformada em um estaleiro clandestino. Por uma prática que, além de ilegal, se constitui numa verdadeira aberração lógica - e tudo indica que seja ali velho costume - a escuna "Tona Galea" depois de reformada é que foi submetida ao exame de um engenheiro naval, com cujo laudo de aprovação obteve registro de regularidade junto à Capitania. Apesar de alguns desmentidos, as fotos estampadas nos jornais, mostrando a embarcação virada, já dão conta de que seu fundo é chato e sem quilha, o que é absolutamente inadmissível para qualquer embarcação que vai para o mar. Não era preciso, portanto, nenhum vagalhão para que acontecesse o que aconteceu. Além disso, não há por que discutir se existia ou não um número suficiente de coletes salva-vidas a bordo - o fato é que ninguém os usava, por inadvertência ou descaso da tripulação - tudo isso poderá ser elucidado no inquérito e nas perícias, mas desde já se sabe que houve omissões flagrantes de autoridades públicas incumbidas da fiscalização, a começar da Capitania dos Portos, que liberaram um barco reformado num estaleiro clandestino; que não houve o uso obrigatório dos coletes salva-vidas; que o comandante da embarcação - contrariando de forma chocante a tradição náutica - foi um dos primeiros (se não o primeiro) a fugir do barco!

Um lamentável registro especial deve-se fazer quanto à omissão de socorro de alguns barcos que, passando pelas imediações, segundo o relato de vários sobreviventes, simplesmente ignoraram o pedido de socorro das vítimas do "Tona Galea". Parece inacreditável que a insensibilidade ou a covardia de alguns deixassem mulheres e crianças se afogarem, sem lhes oferecer um mínimo gesto de ajuda. Repetiu-se, assim, a vergonha do afundamento do Bateau Mouche, na Guanabara, que levou a processos judiciais contra omissos.

Mas o fundamental é que haja um amplo esclarecimento pedagógico, dos possuidores de embarcações - que, aliás, não pertencem a uma classe social educacionalmente desfavorecida - pelo menos no que diz respeito ao crime de omissão de socorro e suas penas, já que nem sempre solidariedade humana é sentimento que se possa transmitir pela persuasão didática.

A quase tragédia do feriado de segunda-feira, nesta capital, foi o desabamento de cinco casas no sítio do Mandaqui, zona norte de São Paulo - e a interdição de mais nove imóveis, no local - por causa de um vazamento na rede da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que afetara a estrutura dos imóveis, provocando rachaduras de até 1 metro nas paredes. Felizmente dessa vez ninguém ficou ferido e a empresa de saneamento retirou 26 famílias das casas em situação de risco, alojando-as em um flat.

O vazamento já havia sido detectado, há tempo, pelos moradores, que solicitavam, em vão, providências que nunca eram tomadas - até que veio o acidente.

Sortes e azares à parte, o que mais causa revolta é o fato de tragédias desse tipo poderem ser perfeitamente evitadas, com o simples cumprimento de rotinas administrativas de fiscalização e de respeito ao que prescrevem as leis, os regulamentos e as posturas dos poderes públicos. Trata-se de uma falta crônica de atenção e de responsabilidade, que, no fundo, traduz o pouco valor à vida humana que se tem dado nestes tristes trópicos.

O Estado de São Paulo 22/04/03

OS SEM-DELEGACIA

Há dez anos, o governo estadual aprovou um plano de expansão dos distritos policiais, elevando de 51 para 103 o número de delegacias da capital. Até hoje, no entanto, 10 deixaram de ser construídas em bairros populosos e com alto índice de criminalidade. Cangaíba, Vila Esperança, Santana, Canindé, Barra Funda, Parque Dom Pedro, Bela Vista, Vila Madalena, Cidade Jardim e Moema foram esquecidos.

Muitos moradores, vítimas de assaltos, roubos, seqüestros relâmpagos e outros crimes, dependendo do local onde moram, são obrigados a percorrer até dez quilômetros para chegar ao distrito mais próximo. Os delegados reclamam da abrangência extremamente ampla de cada unidade, o que torna o atendimento à população demorado, lota as carceragens e impede o trabalho de investigação que deveria ser prioridade na Polícia Civil.

Reportagem publicada pelo Jornal da Tarde revelou a situação vivida pelos moradores do bairro de Cangaíba, na zona leste, que dependem dos serviços prestados pelo distante 10.º Distrito Policial da Penha. O Conselho de Segurança Comunitária (Conseg) da região tenta, há dez anos, convencer o governo estadual a construir uma delegacia no bairro, cujos habitantes já foram

submetidos, nesse período, à lei do silêncio e ao toque de recolher impostos pelos traficantes. Até hoje, não conseguiu nada além de promessas feitas em períodos eleitorais.

A Secretaria da Segurança Pública garante não ser necessária a construção de mais distritos policiais na cidade. Dados da delegacia da Penha, porém, revelam que 60% dos crimes registrados ali ocorrem em Cangaíba. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, há pelo menos um homicídio por semana no bairro, número que será maior se considerado o fato de que muitas ocorrências não são registradas por causa da distância do distrito. Nos últimos sete anos, houve 333 homicídios em Cangaíba.

Cada bairro esquecido tem população comparável à de cidades de médio e grande porte, o que por si só exigiria a presença constante do Estado para garantir a segurança pública. Onde isso não ocorre, o crime organizado é dominante e a certeza da impunidade se firma.

Há anos, o governo estadual tenta dar à Polícia Civil condições para que os delegados e investigadores deixem de cumprir funções de carcereiros nos distritos - que se transformaram em minicadeias improvisadas - e voltem aos trabalhos de investigações. Para isso, concentrou investimentos na expansão do sistema prisional, ampliando o número de vagas. Mas não foi possível retirar todos os presos das carceragens dos distritos policiais da capital e, com isso, as equipes de policiais, desviadas de suas funções principais e responsáveis pela cobertura de áreas imensas da cidade, não podem se dedicar integralmente à prevenção e repressão das ações criminosas.

A sobrecarga de trabalho nos distritos policiais existentes, o número insuficiente de policiais civis e a falta de colaboração da população - consequência do mau atendimento nas delegacias - comprometem o desempenho da Polícia Civil. A expansão da rede de distritos policiais na capital seria um passo importante para a redução da criminalidade.

O Estado de São Paulo 22/04/03

A DIMINUIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Estatísticas às vezes não dizem muito e podem resultar numa apresentação inconclusiva de porcentuais e de cifras, se não devidamente associadas a conceitos e fatos da realidade que se pretende aferir. Os malefícios do trabalho infantil, por exemplo, se tornam tão mais evidentes - e contundentes - quando os índices de ocupação em trabalho, de crianças e adolescentes, é cotejado com a ausência de escolaridade dela decorrente. Eis por que é de extrema importância a pesquisa que, pela primeira vez, realizou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cruzando informações sobre trabalho infantil e escolarização. E, apesar de permanecerem no País graves situações, nesse campo, não se pode negar, pelo diagnóstico da instituição, que tenha havido grandes avanços.

Antes de mais nada é preciso apontar o que há de mais grave - e mesmo trágico, socialmente - que é o fato de existirem no Brasil 1 milhão de crianças e adolescentes que só trabalham, sem estudar, pois estes estão condenados a um futuro sem quaisquer perspectivas de melhoria da própria condição - econômica, profissional e social. Menos grave, apesar de também muito problemática, é a situação dos menores que enfrentam uma jornada dupla, de estudo e trabalho, pois, apesar do sacrifício por que passam, alguma perspectiva de progresso poderão ter, no futuro

- dependendo, é claro, do tipo de trabalho que exercem e do quanto de tempo lhes sobra para o estudo. Também podem não dizer muito, em razão da amplitude da faixa etária - de 5 a 17 anos - os dados sobre os 5,4 milhões de menores que compõem esse universo. No entanto, é realmente chocante saber que há nada menos do que 296 mil crianças trabalhadoras com idades entre 5 e 9 anos - sendo 190 mil delas só no Nordeste.

E os dados continuam preocupantes: há 1,9 milhão de trabalhadores de 10 a 14 anos, 862 mil de 15 anos e 2,3 milhões de 16 e 17 anos, números esses que puderam ser mais detalhados graças à parceria realizada entre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Levantou-se que, do total da mão-de-obra brasileira, integrada por 75,7 milhões de pessoas em 2001, 7,2% eram de crianças e adolescentes. Leve-se em conta que desde o ano 2000 a legislação de nosso país foi alterada, em razão de assinatura de convenção da OIT, elevando a idade mínima para o trabalho de 14 para 16 anos. Bem é de ver, pois, que há um enorme percentual de menores trabalhadores em situação de ilegalidade.

Por outro lado, as pesquisas mostraram que metade dos pequenos trabalhadores não auferem remuneração e que 51,2% deles utilizam produtos químicos, máquinas, ferramentas e outros instrumentos que implicam sérios riscos de provocar acidentes de trabalho.

Mas agora vem o dado positivo do diagnóstico: ao longo da década, foram significativos tanto o aumento da escolarização quanto a queda do trabalho infantil - o que salienta a evidência de que são fenômenos inteiramente associados. O percentual de crianças fora da escola baixou de 24,2%, em 1992, para 10,3%, em 2001, enquanto no mesmo período caiu de 19,6% para 12,7% o de crianças e adolescentes que trabalham. Não se pode esquecer que há diferenças regionais e que diversa, por exemplo, é a situação de menores que integram o trabalho familiar, nas lavouras, e o das que ficam soltas nas ruas das grandes cidades, geralmente exploradas, de maneira vil, por adultos e pelos próprios pais. De qualquer forma, o aumento da escolaridade e a queda do trabalho infantil, na década, são frutos de programas sociais de bolsa-escola e dos que ligam os benefícios assistenciais às famílias à obrigatoriedade de manterem seus filhos na escola.

É claro que a melhoria é muito mais lenta do que se deseja, como em tantos outros campos em que a população brasileira está a exigir políticas públicas de efeito rápido, para compensar carências históricas por demais sabidas. É importante, no entanto, que se reconheçam os avanços, até para se comprovar - ou não - a eficiência dos programas governamentais já testados.

O Estado de São Paulo 22/04/03

O MAL ARGENTINO

Vale tudo, na campanha eleitoral argentina. Durante semanas, os cinco principais candidatos permaneceram tecnicamente empatados nas pesquisas de opinião, que apontavam 13,5% dos votos para o mais fraco e 18,5% para o que liderava a corrida. Nos últimos dias, o ex-presidente Carlos Menem passou à frente, com 21,2%, seguido por Néstor Kirchner, com 17%, e Rodriguez Sáa, com 14,1%, o que significa que não há um franco favorito. Essa dispersão de preferências deve-se a dois fatos básicos. Um deles é a profunda divisão do Partido Justicialista. A renúncia do presidente Fernando de la Rúa, da UDR, em dezembro de 2001, e a sucessão, em curtíssimos intervalos, de quatro presidentes interinos, deixou mais claro do que nunca que os peronistas não tinham uma liderança nacional que unisse o partido. A eleição do peronista Eduardo Duhalde

para o mandato-tampão, ao contrário do que prognosticavam alguns analistas, não pacificou o Partido Justicialista, que comparece com três dos cinco principais candidatos - inimigos fegadais uns dos outros - às eleições de domingo.

Sobre a discórdia dentro do partido majoritário, ressalta a constatação, feita pelos eleitores argentinos, de que, a cada dia que passa, se amplia a brecha entre os políticos e a sociedade - o mesmo hiato que, agravado pela crise econômica, levou a Argentina à virtual ingovernabilidade, na passagem de 2001 para 2002. A campanha desenvolvida pelos candidatos não convenceu os argentinos de que a simples realização do pleito será garantia de saneamento e reconstrução das instituições e muito menos de que a mudança de governo - qualquer que seja o presidente eleito - dissipará as incertezas econômicas e sociais.

Os currículos dos candidatos explicam o ceticismo do eleitorado. Carlos Menem, caudilho da Província de Rioja, foi presidente da República de 1989 a 1999. Seu programa de privatizações, abertura da economia e de conversibilidade do peso em relação ao dólar deu à Argentina uma ilusão de riqueza, que se transformou em profunda recessão. Seu nome apareceu em mais de uma centena de escândalos de corrupção. Néstor Kirchner governou como caudilho, desde 1991, a Província de Santa Cruz e modificou a Constituição Provincial para poder se reeleger indefinidamente. Também caudilho, Adolfo Rodríguez Saa governou a Província de San Luiz durante 18 anos, tendo deixado o cargo para ocupar a Presidência da República. Ficou na Casa Rosada uma semana. López Murphy foi ministro da Defesa de De la Rúa e, depois, ministro da Economia por duas semanas. Elisa Carrió se define como "gorda, periférica e mística".

Como se vê, não há candidato que apresente qualquer credencial que inspire nos eleitores a esperança de que possa, uma vez na Casa Rosada, sanear as instituições e reativar a economia.

As últimas pesquisas, aliás, mostram que 64% dos argentinos acreditam ser provável ou muito provável que ocorram fraudes nas eleições. Apenas 7% acreditam que não existe a possibilidade de fraude.

Dos cinco principais candidatos, quatro acompanham a opinião da maioria da população sobre a fragilidade do sistema eleitoral. O único que acredita na lisura do pleito é Néstor Kirchner, justicialista que tem o apoio do presidente Eduardo Duhalde. E esse apoio vai além das palavras. O atual ministro da Economia, Roberto Lavagna, lidera a equipe econômica do candidato, emprestando-lhe a popularidade resultante de 11 meses de superávit fiscal, inflação estável e um crescimento do PIB estimado em 4%, depois de 4 anos de profunda recessão. Além de "emprestar" o seu ministro da Economia para a campanha de Kirchner, Duhalde, nos últimos dias, destinou US\$ 328 milhões de um financiamento de US\$ 600 milhões concedido pelo Banco Mundial para ampliar um programa social que beneficia desempregados, concentrando a ajuda nas cidades que podem render votos ao candidato. Esta semana, Lavagna e a ministra do Trabalho anunciaram a concessão de um abono de 50 pesos aos trabalhadores da iniciativa privada que ganham salário mínimo.

A crise que fez soçobrar o governo do presidente Fernando de la Rúa, levando-o à renúncia, tinha componentes econômicos e sociais, mas sua essência era política. Baseava-se na incapacidade dos políticos de diagnosticar e solucionar os verdadeiros problemas do país, envolvidos que estavam numa estéril disputa pelo poder. Esse continua sendo o problema da

Argentina, que eleições disputadas em meio a escândalos, denúncias e fisiologismo não resolverão.

O Estado de São Paulo 17/04/03

A SAÍDA PARA O RODOANEL

O governador Geraldo Alckmin pretende ter posto um fim à queda-de-braço travada com os ambientalistas avessos à continuidade das obras do Rodoanel, principalmente em seu trecho norte. Diante da resistência surda e cega - que ignorou avanços comprovados na engenharia brasileira, como a construção da Nova Imigrantes, hoje referência mundial para obras em locais de preservação ambiental -, Alckmin determinou a elaboração de novo traçado que evite a região da Serra da Cantareira e as áreas de mananciais.

O novo projeto, certamente, aumentará a extensão da via que, pela proposta original seria um anel com raio máximo de 20 quilômetros, a partir do centro de São Paulo. Além de retardar e encarecer a obra, as exigências dos ambientalistas não deixarão de comprometer a racionalidade do conceito original.

O novo traçado obrigará os motoristas a percorrerem distâncias maiores. Para evitar custos adicionais, é certo que os caminhoneiros vindos das estradas a leste de São Paulo usarão a Marginal do Tietê até chegar à Rodovia Castelo Branco, na zona oeste, onde terão acesso ao Rodoanel. Esse "atalho" frustrará a expectativa de redução do movimento de carga pela Marginal e, portanto, dos congestionamentos, da poluição e dos acidentes, muitos deles com veículos que transportam cargas perigosas.

O trecho oeste, já concluído, provou o quanto o Rodoanel é necessário para o trânsito de São Paulo. Ligando as Rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco, Bandeirantes e Anhangüera, a via conseguiu desafogar o trânsito pesado nessas estradas e melhorar a chegada de todas elas à capital. Ruas que antes serviam de caminho para as carretas vindas do sul, como no Butantã, hoje têm um movimento de veículos pesados 60% menor, o que melhorou a qualidade de vida dos moradores, diminuiu os índices de poluição e está preservando a malha viária.

Na última etapa de construção do Rodoanel, os trechos norte, sul e leste estavam sendo licenciados em conjunto. Diante da determinação do governador, o secretário estadual dos Transportes, Dario Rais Lopes, enviou pedido oficial à Secretaria do Meio Ambiente para que o traçado norte seja retirado desta fase. Com isso, o Estado concentrará seus recursos na construção do eixo sul, que liga as Rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta, facilitando a ligação dos centros produtores do Estado com o Porto de Santos e o desenvolvimento do turismo no litoral.

Não será de se estranhar, no entanto, que a nova etapa ainda sofra a obstrução dos ambientalistas, a pretexto de supostos danos ambientais às Represas Billings e Guarapiranga. Se de fato existirem riscos, eles poderão ser evitados com o emprego de tecnologia avançada, fato que, como comprova a experiência, os ambientalistas não reconhecem.

Para os contrários à obra, o Rodoanel é apenas uma bandeira político-eleitoral do governador Geraldo Alckmin. O governador, por sua vez, demonstrou estar disposto a atender às exigências razoáveis dos ambientalistas e do Ministério Público. Mas quando as audiências públicas para discutir a obra antes do processo de licitação passaram a ser sistematicamente obstruídas por questões minúsculas como horário, data e auditório não adequados, tornou-se claro o boicote e o governo decidiu não perder mais tempo.

O Rodoanel é uma necessidade para todo o Estado e grande parte do País. É isso o que deve ser considerado.

O Estado de São Paulo 17/04/03

FIDEL 'DEFRAUDA AS ILUSÕES'

Ditaduras prendem e matam porque é de sua natureza. Nesse sentido, a decisão do regime de Fidel Castro de condenar sumariamente 75 dissidentes cubanos a até 28 anos de prisão e de fuzilar 3 outras pessoas, que tentaram fugir para os Estados Unidos sequestrando uma balsa de passageiros, mas sem fazer vítimas, não chega a surpreender em um país que carrega a trágica distinção de estar sob o domínio de um mesmo ditador há 43 anos.

Na verdade, as condenações à prisão por razões políticas fazem parte da rotina "administrativa" na Cuba totalitária desde sempre. O que se pode dizer que não era esperada é a volta do paredón como instrumento da infame "justiça revolucionária" cubana - que há muito tempo deixara de ser rotina.

Daí, além do horror e da indignação que essa violência provocou, a pergunta que ficou no ar: por que agora?

Há quem argumente, com base em extenso rol de episódios, que, "sempre que Cuba pareceu estar no caminho de se reintegrar ao mundo, Fidel fez alguma coisa para impedir", como observou a analista americana Ann Louise Bardach, em artigo transcrito no Estado da última terça-feira. Em meados dos anos 70, por exemplo, quando o então secretário de Estado Henry Kissinger negociava secretamente com Havana o fim do bloqueio econômico imposto à ilha em 1961, Castro deitou tudo por terra ao despachar tropas para a guerra civil em Angola.

Não há dúvida que, em última análise, o embargo é o que o mantém no poder.

Tampouco há dúvida de que, se dependesse do Capitólio, por pressão da agroindústria exportadora americana, a proibição já teria caído. Mas isso não acontecerá sob George W. Bush - que deve aos setores mais radicais da comunidade cubano-americana da Flórida parte substancial dos votos que, afinal, o ajudaram a chegar a Casa Branca. E o lobby anticastrista só se fortaleceu junto à atual elite dirigente de Washington.

O novo surto de furor repressivo em Havana, portanto, é uma temerária provocação à América de Bush - que já não precisava de pretextos para hostilizar o governo tido como uma espécie de membro honorário do "eixo do mal". Mas Castro parece temer mais os dissidentes internos do que a hiperpotência vizinha e os seus inimigos mortais de Miami. Se algo tira o sono do ditador de 76 anos, determinado a habitar até o fim da vida o Palacio de la Revolución, há de ser o

Projeto Varela - uma petição para a abertura do regime mediante reforma constitucional com plebiscito.

Cerca de 20 mil cubanos já tiveram a coragem de assinar a proposta - e entre os condenados da semana passada figuram não apenas destacados defensores dos direitos humanos, como o escritor e poeta Raúl Rivero, mas também cerca de 50 anônimos ativistas do Projeto Varela. Eles são um perigo porque vivem em Cuba, não têm vínculos com os exilados nos EUA - cuja extrema-direita os considera "peões de Castro" - nem pregam a derrubada do governo. Em suma, não são gusanos (traidores, na terminologia oficial). O que uma parte deles fez de pior foi reunir-se com o chefe da Seção de Interesses dos Estados Unidos em Havana, embaixador James Cason.

Fidel Castro, está claro, pode conviver com uma população dividida entre os "com dólares" e os "sem dólares", pode tolerar uma módica "cota" de iniciativa privada, pode resignar-se à volta da prostituição - mas não há hipótese, como acabou de demonstrar, de admitir qualquer coisa parecida com a glasnost de Gorbachev porque aprendeu com a antiga URSS onde ela desemboca.

Eis por que só resta aos governos e movimentos democráticos, em especial na América Latina, arquivar de vez a fantasia de que contemporizar com Castro o induzirá a liberalizar o seu regime - e agir de acordo com isso. Se até o escritor comunista português José Saramago vem a público dizer que Cuba "defraudou minhas ilusões", é uma lástima que o presidente Lula não tenha se valido da sua autoridade política nesse campo, para determinar à representação brasileira na Comissão de Direitos Humanos da ONU que, em lugar de se abster, como há um ano, aprovasse a proposta de monitoramento de Cuba pela instituição. Teria sido um ato de coerência e de extraordinária grandeza moral.

O Estado de São Paulo 17/04/03

É PRECISO PRESERVAR A EMBRAPA

Houve uma revolução silenciosa na economia brasileira, nos anos 80 e em boa parte dos 90. Essa revolução tornou mais fácil e menos dolorosa a política de estabilização iniciada com o Plano Real. A grande mudança foi a redução do preço real dos alimentos, que permitiu a milhões de brasileiros, na última década, melhores padrões de nutrição. Entre 1975 e o ano 2000, o preço de uma cesta composta de leite, carne bovina, frango, arroz, feijão, ovos, café e outros 11 produtos caiu em média 5,25% ao ano, segundo cálculos de pesquisadores da USP. Essa mudança resultou de enormes ganhos de produtividade permitidos pela mudança tecnológica. Por trás dessa história está uma das instituições mais sérias e mais eficientes do País, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A crise financeira que essa organização vem enfrentando - pela segunda vez desde o começo dos anos 90 - é, portanto, um grave motivo de preocupação para quem se interessa pela modernização do Brasil e pelo bem-estar da maior parte das famílias brasileiras.

Neste ano, a Embrapa recebeu pouco mais de 3% das verbas previstas para investimento e custeio de suas pesquisas, embora já se tenha completado um quarto do exercício fiscal. Algumas de suas unidades não têm dinheiro para pagar as contas de luz e telefone. As linhas telefônicas de pelo menos uma delas - a de Rondônia - já não funcionam, segundo informou o Estado na edição

de quinta-feira. A cúpula da empresa procura ser moderada ao descrever a situação, lembrando que há um novo governo e que toda a liberação de verbas do Tesouro tem sido retardada. Não nega, no entanto, que as verbas venham encolhendo e que sejam insuficientes para as atividades da instituição.

O corte de verbas e o atraso na liberação de recursos afetam de forma diferente cada área do setor público. Os danos podem ser especialmente grandes, e até irreversíveis, numa instituição como a Embrapa. Alguns projetos de pesquisa agropecuária consomem muito tempo - anos, em muitos casos - e não se pode simplesmente interrompê-los. A interrupção, em alguns casos, pode resultar na perda de todo o trabalho realizado até uma data. O prejuízo é múltiplo. Perdem-se o dinheiro investido no estudo, o tempo dedicado ao trabalho e, naturalmente, os benefícios econômicos e sociais que surgiriam com a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

No caso da pesquisa agropecuária, esses benefícios são muito grandes e seu alcance nem sempre é percebido. Quando a alimentação se torna mais barata, como ocorreu nas duas últimas décadas, uma parte do orçamento familiar é liberada para poupança ou para outras despesas. As indústrias de bens duráveis e semiduráveis também são beneficiadas, portanto, pelo aumento da produtividade agrícola. Os benefícios da pesquisa vão muito além do suprimento de comida para a mesa das famílias brasileiras.

As pesquisas têm permitido, também, uma enorme ampliação de oportunidades econômicas. Neste ano, o Brasil deve faturar mais que os Estados Unidos com a exportação de soja e derivados. Há 30 anos, a cultura da soja, uma planta originária de climas temperados, ainda estava começando na Região Sul do Brasil. Hoje, essa cultura cobre grandes áreas também nas zonas tropicais, graças ao trabalho de adaptação realizado pela Embrapa. Da mesma forma, o avanço tecnológico tornou o frango uma fonte barata e abundante de proteína para os brasileiros. Esse mesmo frango, além disso, é um importante componente da pauta de exportações.

É difícil, em tempos de aperto fiscal, evitar que atividades importantes sejam prejudicadas pelo corte de verbas ou pelo atraso na liberação de recursos. É um dos preços do ajuste das contas públicas. Mesmo assim, é sempre possível - e necessário - levar em conta as peculiaridades de cada setor da administração, na hora de programar os cortes. Há excelentes motivos para que a pesquisa agropecuária seja tratada, nessas ocasiões, com muito cuidado.

"Nenhum governo pode se dar ao luxo de chegar ao fim do ano e não ter gasto o que está determinado no orçamento das instituições." Essa declaração, publicada na mesma edição do Estado em que saiu a reportagem sobre a crise da Embrapa, foi feita pelo presidente Lula, criticando o governo Fernando Henrique por ter feito isso com o orçamento para saneamento e infra-estrutura.

O Estado de São Paulo 17/04/03

AS DESIGULDADES DA PREVIDÊNCIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou escandalizado com as "indescritíveis" aposentadorias de 518 beneficiários de leis especiais, que recebem de R\$ 17 mil a R\$ 53 mil por mês. Afirmou que não se poderá fazer justiça para a maioria "se a gente não contiver os privilégios que poucos conseguiram ter aqui neste país". Mas, se fossem apenas 518 os aposentados privilegiados, a Previdência não estaria sendo levada à garra, nem seria, como

afirma o governo, o maior obstáculo ao desenvolvimento, pelos déficits que gera. Privilegiados - de alguma forma - são todos os 2,63 milhões de aposentados do setor público em relação aos 21,1 milhões do setor privado.

Há dias, o ministro Ricardo Berzoini apresentou aos deputados federais um "Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro" que mostra, de forma clara e didática, as distorções do sistema previdenciário. Em 2003, o déficit do INSS, que paga as aposentadorias e pensões de 21,1 milhões de trabalhadores do setor privado, deverá ser de R\$ 23,8 bilhões, equivalentes a 1,5% do PIB, enquanto o déficit da previdência do setor público, que paga as aposentadorias e pensões de 2,63 milhões de funcionários da União, Estados e municípios, deverá chegar a R\$ 56,3 bilhões, ou 4,1% do PIB. A diferença entre os dois regimes fica ainda mais escandalosa quando se constata que as contribuições dos trabalhadores e empresas do setor privado cobrem 81% das despesas do INSS, ao passo que as contribuições dos funcionários respondem por apenas 36% das despesas previdenciárias do setor público. Ou seja, para cada aposentado do setor privado sai dos cofres públicos, mensalmente, um subsídio de R\$ 69, enquanto, para cada aposentado do setor público, o subsídio é de R\$ 938 mensais.

E isso não ocorre apenas porque os trabalhadores do setor privado contribuem mais para a Previdência do que os funcionários. Mais do que isso, pesa a diferença entre os respectivos valores de aposentadoria: 65,9% dos aposentados do setor privado recebem um salário mínimo; 12%, de um a dois salários mínimos; 4,7%, de 3 a 4 mínimos; 4,4%, de 4 a 5 mínimos, ou seja, 87% dos aposentados vivem com menos de R\$ 1 mil, sendo que o valor médio das aposentadorias, para quem se aposentou por tempo de serviço, é de R\$ 243,10, e para quem se aposentou por tempo de contribuição, de R\$ 374,89.

Os aposentados do Poder Executivo da União, no entanto, recebem em média R\$ 2.272; os do Legislativo, R\$ 7.900; os do Judiciário, R\$ 8.027; e os do Ministério Público, R\$ 12.500!

Esses números explicam o rombo da Previdência. Deixam claro, também, por que, sendo a aposentadoria da maioria dos brasileiros tão baixa, o gasto previdenciário médio do Brasil corresponde a 134% do PIB per capita, duas vezes mais do que gastam os países da OCDE, os mais industrializados e ricos do mundo, que não alocam mais de 66% do PIB per capita para a Previdência.

O descasamento entre contribuições e benefícios é uma bola-de-neve que crescerá inexoravelmente enquanto persistir o atual regime de previdência do setor público, com contribuições baixas em relação aos benefícios recebidos e aposentadorias precoces - 73,4% dos servidores aposentados passaram para a inatividade antes de completar 50 anos de idade, e somente 4,3% após os 60 anos. Em 2001, esse descasamento já havia produzido um déficit atuarial de R\$ 673,3 bilhões, equivalente a 61% do PIB. Tecnicamente, a Previdência está falida. Para que ela se mantenha de pé, nas atuais condições, o governo vê-se obrigado a financiar um déficit que não pára de crescer. Isso significa que menos dinheiro do Orçamento vai para obras de infra-estrutura e melhoria dos serviços públicos, a dívida pública aumenta e, com ela, os juros que remuneram os títulos, enquanto escasseia o crédito para atividades produtivas.

O governo promete enviar ao Congresso, até o final do mês, o projeto de reforma da Previdência. Dos partidos que hoje estão na oposição ele não deverá esperar resistência à mudança. Afinal, esses mesmos partidos passaram oito anos tentando aprovar várias versões da reforma

previdenciária. As resistências surgirão nos partidos que formam a base governista, principalmente o PC do B e o PDT, além das alas radicais do PT. Se eles já se opuseram ao PL-9, que é a parte menos controvertida da reforma, imagine-se como reagirão a mudanças mais profundas.

O Estado de São Paulo 17/04/03

OS ATRASOS DO RODOANEL

O governador Geraldo Alckmin lamentou que entidades ambientalistas estejam impedindo a realização das audiências públicas que precedem, necessariamente, a publicação dos editais de licitação dos trechos Sul, Leste e Norte do Rodoanel. Alckmin lembrou que o objetivo dessas audiências é buscar soluções e não "atrasar a realização da obra". As audiências têm sido canceladas por motivos, no mínimo, estranhos. Por exemplo: o encontro de 22 de fevereiro foi interrompido por decisão da Justiça Federal, a pedido de duas procuradoras federais que alegaram que o local, o auditório do Instituto de Engenharia de São Paulo, era "pequeno demais" para comportar mais de 300 pessoas. Outras duas audiências foram canceladas por decisão da Justiça, que aceitou a tese de entidades ambientais que não se conformavam com as datas e locais dos encontros. Com isso, o reinício das obras do Rodoanel, previsto para 2004, será retardado por pelo menos um ano.

As exigências feitas no Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA-Rima) - alteração do sistema de drenagem, emissão de ruídos, perda e fragmentação da vegetação, alteração dos habitats e corredores de fauna - já foram atendidas nos projetos dos novos trechos. No trecho Norte, a via passará sobre pontos de captação de água da Sabesp na Represa Paiva Castro, do Sistema Cantareira. Técnicos da Sabesp e ambientalistas exigiram um desvio de 400 metros do traçado inicial do trecho. Foram atendidos. A passagem será feita por viaduto em linha reta, com defesa lateral de 2 metros de altura, redutor de velocidade e sistema de drenagem especial que impeça acidentes com carga perigosa. O Instituto Florestal exigiu cuidados para a proteção da fauna e de cobertura vegetal. Foi atendido. No projeto está previsto o corte de vegetação de um total de 592 hectares nos três trechos do Rodoanel, a ser compensado com o plantio de árvores em 1.185,4 hectares e com a criação de nove unidades de conservação. Quanto à possibilidade de o empreendimento incentivar a ocupação ilegal na área de mananciais, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP propôs medidas para reduzir esse risco a menos de 2% da ocupação ilegal que já existe na área.

Atendidas todas as exigências de conteúdo, ambientalistas iniciaram campanha contra a forma do projeto. A Lei de Licitações exige audiências públicas para qualquer projeto superior a R\$ 150 milhões. Obstruindo-se a realização das audiências, adia-se o início da obra.

Quando estiver concluído, o Rodoanel terá 174 quilômetros de extensão, interligando dez rodovias. O governador Alckmin tem demonstrado que é possível construir e preservar o meio ambiente, como foi feito, por exemplo, na nova pista da Imigrantes. Processos técnicos muito modernos impediram que as águas drenadas durante as escavações contaminassem os córregos da região, instalando-se quatro estações de tratamento, com capacidade para 700 mil litros/hora. O respeito ao meio ambiente demonstrado pelo governo estadual em obra do vulto da Nova Imigrantes deveria ser argumento suficiente para deter as manobras protelatórias de ambientalistas, no caso do Rodoanel. O governador Alckmin tem razão ao afirmar que hoje

existe tecnologia para fazer obra como a do Rodoanel sem ameaçar o meio ambiente. O atendimento das exigências ambientais já implicou o aumento de 6% do custo e de 8 quilômetros na extensão do Rodoanel. Essa obra imprescindível para São Paulo não deveria depender das tendências ideológicas de uma minoria.

O Estado de São Paulo 13/04/03

A COERÊNCIA E O INTERESSE DO PAÍS

Governar é decidir entre valores, o que, muitas vezes, pode levar a incômodas situações, se o que está posto em cobrança é a coerência. Mas, se a coerência tem que ser sacrificada, no interesse do País, que prevaleça o valor mais alto. Agora, uma forma menos eufemística de colocar essa questão é dizer que a maturidade de hoje deve prevalecer sobre a demagogia de ontem.

O leitor já percebeu que estamos tratando da complicada - para o governo - questão do reajuste do funcionalismo público. É claro que não poderia passar batido, para a oposição, para a ala radical do Partido dos Trabalhadores (PT) e, especialmente, para o setor majoritário da opinião pública, que apostou nas mudanças apregoadas na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a disparidade entre o que a antiga oposição cobrava e prometia e o que o atual governo decide e anuncia: é a diferença entre mais de 70% e 1%.

Lula e seu partido falavam da irresponsabilidade do governo Fernando Henrique Cardoso, que teria deixado os funcionários públicos com salários congelados durante oito anos - o que não era verdade -, mas hoje deixam claro que irresponsável seria repor perdas ou recuperar de uma vez o poder aquisitivo dos servidores públicos, em razão do desgaste a ele imposto pela inflação.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, reconheceu ter-se utilizado de "malabarismos" para proceder a reajustes diferenciados para os servidores públicos federais, de 1,81% a 13,23%, o que conseguiu com o artifício de acrescentar, ao índice de 1% fixado para janeiro, um adicional de R\$ 59,87 mensais para todos os funcionários civis do Executivo, inclusive os aposentados, a partir de maio - excluindo os do Legislativo e os do Judiciário, que permanecerão com o 1%, além dos militares, que terão negociação à parte. Com toda essa engenhosa fórmula, o custo global do reajuste permanecerá nos R\$ 1,123 bilhão inicialmente previstos no Orçamento de 2003 e que, se projetado igualmente para todo o funcionalismo, importaria em um índice de 2,35%. E aqui, a esta altura, não importa enfatizar o aspecto demagógico tanto da imagem utilizada pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que batizou de "Robin Hood" essa fórmula que privilegia os menores salários quanto da afirmação do ministro Mantega, para quem "quem tem de ficar constrangido é o governo anterior, que nos deixou esse orçamento apertado". Frases de efeito à parte, o que mais importa é que o governo Luiz Inácio Lula da Silva, na questão do reajuste dos servidores, está se conduzindo no rumo certo dos interesses do País, sem se perturbar com as fortes pressões, que está enfrentando, de influentes setores políticos e sindicais.

Sem dúvida, a conduta firme e segura que o governo mantém nessa questão é uma importante sinalização sobre seu futuro comportamento em relação à reforma da Previdência, que terá de ser feita a despeito de grandes obstáculos corporativos. Há muito o Partido dos Trabalhadores se tornara o principal defensor político de todas as regalias corporativas conquistadas pelos servidores públicos - e, agora, o chefe do governo parece estar totalmente "convencido" - para

usar expressão que sempre lhe apetece - de que o déficit da previdência pública, este sim, é o maior obstáculo ao desenvolvimento do País.

É possível que de agora em diante seja introduzido nos costumes políticos brasileiros um cuidado maior em relação tanto a cobranças quanto a promessas, por ter ficado mais claro que a alternância no poder implica se refletir, com responsabilidade, sobre as conseqüências futuras do que se diz, tendo em vista que situação e oposição, na rotina dos regimes democráticos, são posições intercambiáveis. E isso porque a coerência entre as convicções externadas e os atos, seja de políticos, governantes ou de quem mais pretenda desfrutar da credibilidade pública, é sem dúvida o que mais inspira a confiança e o respeito da população, que tanto já se decepcionou com promessas não cumpridas, obras não concluídas, falcatruas não punidas ou irregularidades não proibidas - ou, em suma, com o dito pelo não dito, dos que das oposições chegaram aos governos.

Impressão:

